

## ASPECTOS DO BANDITISMO RURAL NORDESTINO

---

Frederico Pernambucano de Mello  
Procurador - Geral do IJNPS

### 1. *Formas básicas; o escudo ético*

As interpretações mais divulgadas e aceitas sobre o cangaceirismo se inclinam no sentido de enfatizar o que havia de trágico ou romântico e, assim, mais literariamente explorável naquele tipo de vida.

Fazer-se cangaceiro significava responder a uma afronta sofrida, passando o ofendido a desenvolver toda a sua ação na busca de uma vingança capaz de reintegrar-lhe o rígido quadro de honra.

O cangaceirismo seria o instrumento dessa vingança, agindo esta como causa e, ao mesmo tempo, fim para quem passasse a integrar grupo já existente ou, num esforço de aglutinação, viesse a criar bando próprio. Bons exemplos dessa concepção se encontram em nossa literatura, bastando que se faça referência ao personagem Antônio Braúna, criado por Maximiano Campos, em seu romance *Sem Lei nem Rei* (1).

Dominado pela visão do irmão assassinado, a que se veio juntar o estímulo de um — sempre inadmissível — esbofeteamento, Braúna engancha as cartucheiras e cai no cangaço. Defronta-se com inimigo forte: chefe político respeitado e temido. Já agora, aceita que a sua vida se converta na perseguição angustiada de uma vingança. Sabe que o trágico finalismo das suas ações futuras cada vez mais lhe trará a infelicidade. Mesmo assim, segue em frente. O cangaço se fará instrumento da sua vingança.

Há trechos em que toda a sua determinação é revelada: "Sabia que o seu existir seria assim, e que iria também fazer correr o sangue dos seus inimigos. Tinha que vingar. Era a maneira de atenuar o seu sofrer rude, assim aprendêra desde cedo. Agora, poria em prática a violência dos ancestrais, só interrompida com a mansidão do seu pai, e que renascia nele, naquela manhã triste, de recordações amargas".

Muito embora a história de Antônio Braúna tenha encontrado correspondências na vida real, não se deve atribuir, nesse campo, importância tão dilatada à vingança, como força emuladora de vocações para o cangaço. Os bandidos que, sinceramente, a ela se dedicaram não foram os de maior celebridade nas armas. Tiveram período de lutas de duração sempre pequena, quase nunca ascendendo à chefia de grupo.

O escasso período de permanência se devia ao fato de que, realizada a vingança ou verificada a impossibilidade de levá-la a efeito, tornavam à vida normal, até porque a amargura daquele dia a dia áspero e não desejado bem lhes revelava a inadaptação às exigências do cangaço. Por outro lado, não tendo interesses além da simples realização da sua vindita, não lhes assistiam as qualidades de verdadeiro administrador, requeridas aos chefes de grupo.

A idéia de que o cangaceirismo representaria quase que um puro instrumento de vingança, bem assim, a que contempla nesta vingança uma fortíssima motivação psicológica para aquele, contrastam com as observações mais agudas que se fizeram, até hoje, sobre o cangaço. Uma e outra dessas concepções, não sendo embora falsas, dizem respeito a realidades episódicas, sem que se possa considerá-las valiosas, salvo na fixação de um quadro excepcional.

Surpreendentemente, é possível afirmar-se hoje que os maiores cangaceiros, entendidos estes como os chefes de grupo de maior expressão, gostavam da vida do cangaço. Num sertão profundamente conturbado pelas disputas entre chefes políticos, lutas de família, ausência de manifestações rígidas de um poder público distante; sertão povoado por um tipo especial de homem, individualista, autônomo, desacostumado a prestar contas de seus atos, influenciado pelos exemplos de bravura dos cavaleiros medievais; sertão que tinha no épico o seu gênero, fazendo vivas as páginas de "Carlos Magno e os Doze Pares de França", "Roberto do Diabo", "Donzela Teodora", "João de Calais"; num sertão assim anormal aos nossos olhos, o cangaço representava, na verdade, uma ocupação, um ofício, um meio de vida.

Não se deve, por outro lado, considerá-lo despido de atrativos ou estigmatizado pelas formas mais sensíveis de reproche social. A figura do cangaceiro, homem sem patrão, vivendo das armas, infenso a curvaturas, era razoavelmente bem aceita naquele meio. Mais, chegava mesmo a seduzir os jovens, o que é explicável se considerarmos que

ninguém melhor do que ele encarnava os traços marcantes do homem do ciclo do gado, tão apegado às características de acentuado individualismo, livre arbítrio e improvisação. Lampião, mais de uma vez, declarou que considerava o cangaço um bom meio de vida. Chegou mesmo a defini-lo como um "negócio", em passagem de interessantíssima entrevista concedida na cidade de Juazeiro do Norte e publicada no jornal *O Ceará*, edição de 17 de março de 1926. A uma pergunta sobre a razão de não abandonar o cangaço, Lampião, irritado, responde lançando uma outra pergunta:

"Se o senhor estiver em um negócio e for se dando bem com ele, pensará porventura em abandoná-lo?"

"Está claro que não"! — responde o jornalista. O bandido, então, arremata:

"Pois é exatamente o meu caso, porque vou me dando bem com este negócio ainda não pensei em abandoná-lo".

Neste trecho de uma outra entrevista concedida na mesma cidade e citada por Nertan Macedo no seu livro *Floro Bartolomeu*, ao dirigir crítica ao célebre "coronel" José Pereira, Lampião, mais uma vez, fala da profissão:

"Foi o cel. José Pereira Lima, chefe político de Princesa, homem perverso, falso e desonesto a quem durante anos servi, prestando os mais vantajosos favores da nossa profissão" (2, p. 177).

Outros chefes ou subchefes de grupo também assim entendiam a vida do cangaço. Vale referir o depoimento do cangaceiro José Leite de Santana, o "Jararaca", prestado às autoridades policiais de Mossoró, onde foi feito prisioneiro, após o frustrado ataque de Lampião àquela cidade, no ano de 1927, nestes termos: "Respondeu chamar-se José Leite Santana, vulgo "Jararaca", com vinte e seis anos de idade, solteiro, atualmente exercendo a profissão de cangaceiro..." (3, p. 242).

Miguel Feitosa, ex-integrante do grupo de Lampião, em conversa que tivemos em sua atual residência, na cidade de Araripina, declarou-nos, a propósito das muitas profissões que tivera:

"Fui vaqueiro, cangaceiro, e depois assentei praça na força de Pernambuco".

Conta Optato Gueiros, em seu livro *Lampião*, que, a uma pergunta sobre os motivos de não ter atirado numa volante que passara bem próxima ao seu acampamento no Serrote Branco, em Pernambuco, Lampião respondera: "Ah! menino! isso aqui é meio de vida. Se eu fosse atirar em todos os "macacos" que eu vejo, já teria desaparecido" (4, p. 86).

Estudiosos antigos do tema, sem a preocupação de deixar registro específico, chegaram mesmo a salientar este traço profissional, de ocorrência frequente no cangaceirismo. Pertence a Coriolano de Meeiros, autor de *Os Sertões da Parahyba*, este trecho citado por Gustavo Barrozo: "Os atritos são terríveis, porque em torno de cada ofendido se agrupam parentes e fâmulos, estes quase sempre cangaceiros de profissão" (5, p. 59). O próprio Gustavo Barrozo assim se expressa, no seu *Almas de Lama e de Aço*: "Perto da Vila do Teixeira, no alto sertão da Paraíba, residia em meados do século passado um velho fazendeiro chamado Bernardo de Carvalho, pai de muitos filhos, todos eles valentões e briguentos, sobretudo um, que era mesmo cangaceiro de profissão, o Antônio Thomaz" (6, p. 48). Também Irineu Pinheiro, em *O Juazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914*: "Sei de um, de nome Miguel Praça, que, na zona paraibana próxima ao Ceará, em São José de Piranha, dominou por muitos anos e foi, no seu tempo, nome dos mais celebrados entre os profissionais do cangaço" (7, p. 46).

A análise dos principais fatos do cangaceirismo não revela a existência de um sentido finalista na atividade dos grupos. Jamais foi possível surpreender orientações de caráter político ou ideológico, refletindo-se tais ausências em flagrante reforço à idéia de que o cangaceiro vivia o presente, preocupando-se, tão somente, com a sua existência imediata. Existência não despida de atrativos, conforme se verifica nesta resposta dada pelo cangaceiro Gavião, ao Chefe dos Correios da cidade de Capela, que lhe indagava sobre as razões de sua permanência no grupo: "Sei lá? Deixa que a vida do cangaço é bem divertida" (8, p. 241).

Dentro de uma concepção em que o cangaceirismo é encarado, em regra, como meio de vida e, apenas excepcionalmente, como instrumento de vingança, adquire grande interesse o estudo do verdadeiro papel desempenhado pela vingança, frequentemente apontada como sendo a causa principal na formação de vocações para o cangaço. Não soa estranho que tal destaque lhe tenha sido emprestado, se considerarmos o verdadeiro estribilho em que se constituíam as respostas dos cangaceiros, diante de indagações sobre os motivos por que se entregavam àquela vida. Invariavelmente invocavam ofensas sofridas, enfatizando a conseqüente necessidade de vingá-las, num imperativo a que o sertanejo sempre se mostrava sensível e compreensivo.

Antônio Silvino, em conversa, costumava apontar Desidério Ramos, matador de seu pai, como o responsável pela sua vida de cangaceiro. Lampião, alegando velhas questões sobre propriedade de reses e o assassinio do pai, citava, respectivamente, José Saturnino de Barros e José Lucena de Albuquerque Maranhão. Encontrando-se Optato Gueiros, em 1921, próximo à localidade Bom Nome, com o grupo de Sebastião Pereira, ouviu de Lampião, então integrante daquele ban-

do: "Eu hoje me queixo de estar nesta vida agradeço aquele peste (José Saturnino) e ao tenente José Lucena" (9, p. 26). E desandava a prometer vinganças.

Curiosamente, a propósitos tão firmados e melhor alardeados, não se seguiam ações de mesma intensidade. Pode-se mesmo supor que Lampião jamais tentou sinceramente destruir os seus dois grandes inimigos. Quanto a José Saturnino de Barros, mais conhecido como José Saturnino das Pedreiras, cabe lembrar que em nenhum momento sentiu necessidade de abandonar a sua fazenda Pedreiras, em Serra Talhada, Pernambuco, palco das questões iniciais entre ele e Virgulino. Isto pudemos ouvir dele próprio, em conversa que mantivemos na fazenda Maniçoba, também de sua propriedade e próxima ao seu velho reduto das Pedreiras, em março de 1970. Em vinte e um anos de vida no cangaço, chegando, em certo período, a praticamente dominar o sertão de Pernambuco, chefiando o mais aguerrido grupo de cangaceiros de que se tem notícia; protegido por fortíssimas alianças com coiteiros poderosos, entre os quais se incluía até mesmo um interventor federal, Lampião não conseguiria dar cabo daquele a quem considerava seu inimigo número um. Hoje, transcorridos trinta e cinco anos da sua morte em Angicos, Sergipe, continua Saturnino a criar os seus curiós, no mesmo encosto de serra em que ambos nasceram e se criaram.

Mais difícil teria sido a morte de Lucena, oficial da força alagoana; homem de uma coragem sem limites. Ocorre que, também em relação a ele, é lícito que se levantem dúvidas sobre a sinceridade das palavras de Lampião, em suas ostensivas promessas de vingança. No auge da seca de 1932, Gérson Maranhão recebia em sua fazenda Angico Tôrto, município de Águas Belas, Pernambuco, emissário do famoso bandoleiro, vindo com a incumbência de preparar-lhe uma visita. Deixando a Bahia, Lampião, em três dias de viagem calma, chega a Águas Belas para o encontro anunciado. Segue Gérson em companhia de dois amigos, chegando já noite fechada ao local da incômoda audiência. Estava o bandido, com todo o grupo, num centro de caatinga situado em uma das mangas da fazenda Barra Formosa, do "coronel" Francisco Martins de Albuquerque. Feitas as apresentações, o diálogo tem início com elogios rasgados do bandido ao Estado de Sergipe, "comandado por um homem de grande visão". Referia-se ao capitão-médico do Exército Eronildes Carvalho, seu coiteiro desde o ano de 1929, e conduzido, à testa do movimento revolucionário do ano seguinte, ao elevado posto de interventor federal. Os convidados, como se impunha, fizeram coro, entusiasmados. A certa altura, Lampião interrompe a conversa, chamando Gérson para um "particular". Sabia do seu parentesco com José Lucena e lhe propunha que agisse como intermediário no sentido de uma acomodação. Lucena não mais o perseguiria, nem a seus amigos, em troca: "o meu mosquetão não atira mais nele".

Gérson Maranhão, segundo ouvimos dele próprio, nunca chegou a entender bem tal "renúncia".

Antônio Silvino, o segundo na lista dos famanazes do cangaço, teria assumido posição parecida, desprezando, com gestos, as suas promessas de vingança contra o assassino do velho Pedro Rufino Batista de Almeida.

Nas suas memórias, escritas sob o título de *Um Sertanejo e o Sertão*, Ulysses Lins de Albuquerque deixa claro o assunto, neste trecho: "E por que Né Batista (Antônio Silvino) tornou-se cangaceiro? Para vingar a morte do pai — morte, entretanto, que ele nunca procurou vingar". E juntava: "Entretanto, nunca tentou matar Desidério Ramos, que viajava, como almocreve, de Afogados para Pesqueira, passando pelas suas zonas de operação e dizia que "não tinha medo daquele cabra safado...". Eu mesmo ouvi dele estas palavras, uma vez, em Alagoa de Baixo" (10, p. 78-9).

Como se pode verificar, há uma contradição aparentemente desconcertante entre palavras e ações. O cangaceiro alardeava a sua condição de vingador e pouco ou nada fazia para concretizar a sua vingança. No princípio, alguns tiroteios, cercos, emboscadas; em etapa seguinte, a acomodação chegava a ser completa.

Muito se tem falado nos paradoxos da chamada moral sertaneja. No Nordeste, talvez melhor do que em qualquer outra região, sente-se a existência desse quadro de valores, inconfundível em muitos de seus aspectos. Chega a ser quase impossível explicar ao homem do sertão do Nordeste as razões porque a lei penal — informada por valores que não são os seus — atribui penas mais graves à criminalidade de sangue, em paralelo com as que se destinam aos crimes contra o patrimônio. Não se perdoa o roubo no sertão, havendo, em contraste, grande compreensão para com o homicídio. O cangaceiro não roubava, "tomava pelas armas".

Dentro desse quadro todo próprio, a vingança tende a revestir a forma de um legítimo direito do ofendido: "no sertão, quem se não vinga está moralmente morto", lembra Gustavo Barrozo.

Ao invocar as tais razões de vingança, o bandido, numa interpretação absurdamente extensiva e, nem por isso, pouco eficaz, punha toda a sua vida de crimes a coberto de interpretações que lhe negassem um sentido ético elementar. A necessidade de justificar-se aos próprios olhos, bem como, aos de terceiros, levava o cangaceiro a assoalhar o seu desejo de vingança, a sua missão quase ética, a verdadeira obrigação de fazer correr o sangue dos seus ofensores. O folclore heroico, em suas variadas formas de expressão, imortalizava-o, omitindo eventuais covardias ou perversidades e enaltecendo um ou outro gesto de

bravura. Concretizada a vingança, por extensão de raciocínio, estaria aberta para o cangaceiro a obrigatoriedade de abandonar as armas, deixar o cangaço. Já não teria mais a socorrer-lhe o escudo ético por ela representado. Como, então, realizá-la, se o cangaço era um bom meio de vida? Os poucos cangaceiros que se arvoraram em reais e sinceros vingadores — casos excepcionais — não se adaptavam àquela vida, abandonando-a tão logo se sentiam vingados. Morto Antônio da Umburana, Sebastião Pereira não vacilou em entregar o grupo a um sucessor. Para estes a vingança não era apenas um escudo ético, nem o cangaço um simples meio de vida. Mas foram ambos uma e outra coisa para a esmagadora maioria, inscrevendo-se nesta os maiores cangaceiros que a tradição registrou. Respeitadas as exceções, responsáveis pela formação de uma imagem literariamente bem mais aproveitável, impossível deixar de admitir que o reverso, este sim, fez a regra. Note-se que Maximiano Campos, ao criar o tipo excepcional, perfeitamente encarnado por Braúna, teve o cuidado de registrar a outra realidade, a de ocorrência mais frequente, situando no seu personagem Cobra-Choca, um dos integrantes do grupo de Braúna, toda a frieza, meticulosidade, espírito de organização e quase profissionalismo que a caracterizaram. Com o personagem Lamparina, Maximiano vai além, estabelecendo um tipo também profundamente calcado na realidade do cangaço, mas que por seus aspectos originais, está a exigir estudo à parte.

Fixar a natureza predominante do cangaceirismo como meio de vida, vale tanto quanto registrá-lo em sua face excepcional, se pretendemos adotar, quanto ao fenômeno, visão histórica global.

Impõe-se a ressalva ao considerarmos que certas interpretações históricas, sutilmente filtradas a partir de posições sectárias, têm resvalado na tendência a superestimar aqueles fatos do cangaço mais capazes de ensejar explicação econômica, em detrimento dos que não se ajustam a rígidos esquemas previamente assentados. Não resta dúvida de que o engajamento ideológico de Rui Facó (11) fê-lo ter olhos apenas para o cangaceirismo como meio de vida, centrando, ademais, numa causalidade econômica simplista fenômeno tão complexo. Aliás, da ausência de definições simplistas não se pode dizer esteja se ressentindo o cangaceirismo. Desde assertivas apressadas, como a de Cristina Matta Machado, que o vê como “resposta à violência do coronel” (12), a considerações epistemologicamente duvidosas, como a de José Honório Rodrigues, quando o define como “resposta contra o monopólio da terra e a exploração do trabalhador rural pelo latifundiário” (13, p. 85), o que se pode verificar é a aplicação mecânica, sem cuidados de adaptação, de esquemas rígidos de interpretação econômica, com evidente desprezo à complexidade do fenômeno.

Não alongaremos este comentário, mesmo porque, Ariano Suassuna, com a autoridade do seu profundo conhecimento sobre o sertão,

já teve oportunidade de condenar o simplismo caolho dos que analisam os fenômenos sertanejos sob prismas sectários.

Estabelecido que o cangaceirismo pode ser considerado tanto como meio de vida, quanto em sua face de real e sincero instrumento de vinganças — porque houve um e outro desses tipos de cangaço — vale esclarecer que, frequentemente, vamos encontrar tais tipos convertidos em momentos na vida de um mesmo cangaceiro, só não sendo possível entendê-los, sempre, como momentos, em virtude do registro, feito pela crônica, de tipos puros. Houve o puro vingador, finalista, avesso à vida do cangaço e nela envolvido pela pura injunção da vingança; como houve o diletante, atraído para o cangaço por aquilo que o sertanejo chama de “influença”, isento de mágoas ou ressentimentos, sem jamais ter sido afrontado. Nestes últimos, via de regra, a predisposição psicológica se erguia como o mais forte dos fatores determinantes. O médico e escritor sergipano Ranulfo Prata, em seu livro “Lampião”, escrito em 1933, traçou o perfil psicológico do cangaceiro Volta Seca, logo após a sua prisão. O resultado da longa entrevista que manteve com o bandido, agudíssima, por ter flagrado um Volta Seca bem diferente daquele que foi posteriormente fabricado por empresários para vender depoimentos a órgãos como o “Pasquim”, merece transcrição: “A sua iniciação no crime, quero dizer, a motivação aparente do seu ingresso no banditismo, não conhece aquelas causas apontadas como as mais comuns entre outros membros da horda: sentimentos de vindita de família, e causas mais complexas, econômicas, mesocósmicas, etc. Volta Seca não chegou a conhecer estas motivações. Ingressou no crime, “não sabe porque” (14, p. 55).

Analfabeto, profundamente inculto e limitado, Volta Seca é exemplo radical e quase caricato do tipo que compõe. Sequer cuidou em estruturar o seu escudo ético. Presentemente, através de mirabolantes entrevistas a jornais, tem procurado justificar a sua vida no cangaço, o que o aproxima de Antônio Silvino, que tendo estabelecido o seu escudo ao tempo em que andava no sertão, apressou-se, na prisão, a ampliá-lo desmedidamente, a ponto de considerar-se responsável por “relevantes serviços prestados à minha pátria no saneamento moral do Norte...” (15, p. 79), conforme nos dá conta Mário Souto Maior, no seu “Antônio Silvino, Capitão de Trabuço”.

Se bem que haja mobilidade entre os tipos e que esta se opere nos dois sentidos, isto é, o cangaceiro que faz do cangaço meio de vida passando a assumir, em um dado momento e em virtude de afronta superveniente, o papel de sincero vingador; convertendo-se, no sentido oposto, um cangaceiro realmente envolvido numa vindita, num bandido de ofício, entendemos ser muito mais fácil surpreender tal mobilidade no primeiro dos sentidos enunciados, isto porque, nesta hipótese, ocorre, ao lado do abandono de um viver despido de qualquer sentido ético, o

engajamento em missão sertanejamente ética, ao passo que, no sentido oposto, se estará desprezando esta, em benefício daquele. Como se pode ver, num caso, a transtipicidade se mostra dolorosa e difícil, implicando todo um processo de erosão psíquica; no outro, ela é absolutamente gratificante, do ponto de vista psicológico.

Gratificante há de ter sido para Corisco a sua conversão, quase ao fim da existência de bandido de ofício, no celebrado vingador de Lampião, seu compadre e amigo. Tão gratificante quanto foi dolorosa, no sentido oposto, a adaptação de Virgínio, o "Moderno", às agruras de uma vida, a que não pôde fugir, por ser cunhado de Lampião. Em mais de uma ocasião, Virgínio queixou-se a Audálio Tenório (16) da vida do cangaço, para concluir afirmando que já começava a se adaptar, o que — segundo ele — jamais resultaria num "gosto por aquilo".

Analisemos, em seus dois sentidos, essa transtipicidade. No caso do cangaceiro já profissionalizado que se engaja, em dado momento, numa tarefa de vingança, além da grande compensação psicológica resultante da adoção de um comportamento bem aceito pela moral sertaneja — comportamento que equivaleria à concretização do escudo ético, para aqueles que, até então, o tivessem utilizado — resultavam outras, como a melhoria da imagem social, através do notável poder de sedução exercido pela vingança na formação da gesta que aureolava os feitos guerreiros de um bandido. Por outro lado, pode-se mesmo dizer que no cangaceiro a que este tipo se refere já se encontrariam perfeitamente afinados e orientados num mesmo sentido os componentes psíquicos e sociais, não sendo de se admitir, com grau de probabilidade aceitável, a formação de reações vivenciais, anormais, de arrependimento, remorso ou vergonha, reações que presidiriam, ao menos em sua fase inicial, o processo transtípico inverso, conforme tentaremos demonstrar.

A conversão daquele homem que entrava no cangaço com o propósito de realizar uma vingança, em cangaceiro profissional, por significar uma reorientação de vida tendente a um afastamento da ética, exigiria todo um processo de diluição de valores, através do amortecimento da consciência moral. Dissemos que este quadro implicava num processo doloroso, porque diante de tais situações, no mais das vezes, os conflitos emergentes condicionam o surgimento das reações vivenciais a que nos referimos acima. Imaginemos a situação de um vingador surpreendido pela morte natural de seu desafeto, e que passa a descobrir razões insuspeitadas de permanência no cangaço. Sente o que não presentira na véspera; enleia-se em conflitos que não o assaltavam vinte e quatro horas atrás. Pelo radicalismo do exemplo criado, este conflito surge de forma abrupta. Em exemplos menos radicais, conquanto mais frequentes, vamos flagrar a transpicidade se operando, não de forma súbita, mas de maneira difusa e prolongada. Retiremos ao exemplo a morte do desafeto e teremos os casos de transtipicidade lenta que ocorreram com Lampião e Antônio Silvino, se quisermos admitir a existência de

sinceros propósitos de vingança, na fase inicial de suas vidas. Inclina-mo-nos mesmo a aceitar a ocorrência de tais propósitos, e que um e outro dos famosos cangaceiros tenham sido vingadores, no início de suas carreiras, o que não invalida a classificação de ambos, já feita em fase anterior deste trabalho, vez que, como veremos abaixo, esta classificação se faz pela predominância de um tipo sobre outro. Nos casos de Lampião e Silvino, o sentido da vingança sincera sequer chega a fazer sombra ao caráter profissional que preponderou esmagadoramente em suas vidas.

Do ponto de vista social, as consequências para a imagem do bandido em quem se operou transtipicidade dessa ordem seriam, em análise simplista, tão graves quanto foram benéficas no sentido inverso já analisado. Diante da perspectiva de prejuízo à sua imagem, prejuízo que, em seus dois níveis, atingiria não somente aquela feita sobre si mesmo, mas a que procurava formar socialmente, o bandido era levado a construir o seu escudo ético, dele se servindo com grande prodigalidade e sempre com sucesso. A elaboração do escudo ético pode mesmo ser considerada sinal indicativo da verificação de transtipicidade neste sentido, valendo que se diga dele ser fenômeno de ocorrência quase infalível em tal situação. Mas será absurdo que se esteja falando em preservação de imagem e outras sutilezas psicológicas com relação a homens comumente considerados "rudes", "cruéis", "brutos", "toscos", "insensíveis", etc.?

Sem querer descer a detalhes sobre a vaidade quase exibicionista dos grandes bandoleiros, vejamos o curioso depoimento de pessoa que, em contato direto com Lampião, pôde sentir a sua notável preocupação com a imagem, bem ao estilo de um Silvino, de um Cassimiro ou de um Chico Pereira. Conta o jornalista Otacílio Macedo na parte introdutória da entrevista que obteve do bandido e que foi publicada no jornal "O Ceará", edição de 17 e 18 de março de 1926: "Palestra inculta, mas desembaraçada, Lampião expressa-se com acentuado respeito para o seu interlocutor, parecendo medir o efeito de suas palavras, ciente e consciente de sua importância de grande homem às avessas".

E mais adiante: "... o bandido parece gozar sobremaneira a curiosidade popular que o rodeia".

Em outro trecho: "Durante todo o tempo que conversou conosco — e foi por espaço de mais de uma hora — não riu uma vez e manteve-se em grave circunspeção, compenetrado das suas responsabilidades e da fama de seu nome".

Construído sob um imperativo da consciência moral, o escudo ético se destinava a preservar ambas as imagens, estabelecendo uma

causalidade ética que sendo, embora, simples produto de elaboração mental, lograva, não raro, convencer o seu próprio construtor, aplacando-lhe os reproches da consciência, além de lhe fornecer excelente justificativa, em nível social. Essencialmente, trata-se de artifício mental destinado a dar vida, presença e atualidade a causas inexistentes ou que perderam o valor, com o fim de encobrir moralmente a permanência de efeitos. Tais causas podem ter tido existência real durante algum tempo, como podem não ter existido nunca, referindo-se a primeira hipótese aos casos de transtipicidade em que o cangaceiro vingador passa a fazer do cangaço simples meio de vida; e a segunda, ao tipo puro do banditismo profissional, a que os ideais de vingança tenham sido sempre estranhos. Concluindo o estudo desta forma de transtipicidade, resta apenas dizer que ela compõe, por excelência, a situação adequada ao surgimento do escudo ético.

No desenvolvimento deste trabalho, chegamos a propor, até aqui, apenas dois tipos básicos de cangaço, tipos que, na ordem pessoal, estabeleceriam, decorrentemente, duas modalidades de cangaceiro. Falamos do cangaço como meio de vida e como instrumento de vingança, faltando-nos, para a complementação do esquema básico de classificação, apenas juntar breve análise sobre o terceiro e último tipo, cuja existência já havia sido lembrada, no momento em que comentamos a necessidade de particularizar o estudo do cangaceiro Lamparina, personagem da ficção de Maximiano Campos. Aliás — vale o esclarecimento — a ficção de Maximiano Canipos, no seu romance *Sem Lei nem Rei*, se revela, no que poderia ser supostamente entendido como paradoxo, verdadeira ficção-realidade. Seus tipos são calcados na mais fiel tradição do cangaço, pelo que nos servimos deles, com a finalidade de que venha este trabalho a ser acessível a não conhecedores dos fatos reais do banditismo rural nordestino.

O cangaceiro Lamparina resolveu cair no cangaço, não para fazer uma vingança, mas para escapar-lhe aos efeitos. Traído, viu-se na contingência de matar a mulher e o amante, o que fez sem vacilações, nordestinamente consciente de que, para ele, estava aberto este direito. Direito que, na verdade, se impõe socialmente: direito-dever. Concluído o "trabalho", impunha-se a fuga à justiça e à vingança da família dos mortos. Em circunstâncias normais, poderia colocar-se sob o abrigo do poder de um coronel ou senhor-de-engenho, no uso do direito feudal-sertanejo de asilo. Mas seja porque não diligenciou a tempo, ou porque a família dos mortos estava de cima na política, tendo alguma influência a nível de coronéis e senhores-de-engenho, ou porque o crime teve requintes traiçoeiros ou covardes, esta primeira instância não veio a socorrê-lo. Cairia no cangaço. Adotaria, em recurso extremo, uma vida que jamais desejou. Para ele, o cangaço não seria um instrumento de vingança — já estava vingado — nem um bom meio de

vida — não o desejava, não tinha predisposição, não lhe seduziam as notoriedades — para ele o cangaço seria, apenas, um refúgio.

Maximiano lhe pôs na boca este lamento: “Estou nessa vida mo-de mafeitô de mulher. Tive que encomendar ela e o freguês. Arribei, mas tenho saudade da minha terra, da ajuda das chuvas, das minhas filhas, do meu mundo verde que nem periquito”.

O cangaceiro Paixão, outro personagem do *Sem Lei nem Rei*, também se achava refugiado no cangaço: “Matei o administrador de um engenho em Goiana. O juiz me deu trinta anos de prisão. Consegui escapar”.

Deixando a ficção, vejamos este trecho do depoimento do cangaceiro Angelo Roque, prestado a Estácio de Lima e publicado em seu livro *O Mundo Estranho dos Cangaceiros*, na linguagem própria do bandido: “Eu, mi vendo desapracatado, sem sussego, sem famia, per-curei Lampião, Virgulino Ferrêra da Silva, in 1928. Pru bem, sempre foi fáci si achá u Capitão”.

A origem da resolução de Angelo Roque repete os casos anteriores. Matara o soldado Horácio Caboclo, o “Couro Sêco”, que lhe desvirginara a irmã. Em seguida, tivera que entrar em luta com a família do morto, numa decorrência bem compreensível. Como se verá das palavras seguintes, o cangaço representou, nesta fase da sua vida, um simples refúgio, um bom esconderijo: “Derna u causo di Couro Sêco inté agora, eu andava meio iscundido, mas porém num tava iscundido dêreito, apois num caira nu cangaço compreto” (17, p. 180).

Refúgio, esconderijo, asilo nômade das caatingas, este terceiro tipo básico de cangaço apresenta traços peculiares bem delineados, capazes de extremá-lo dos outros dois tipos, atribuindo-lhe existência própria. Não se confunde com o seu tipo-irmão, o do cangaço como instrumento de vingança, porque, se é certo que, à feição deste, possui também em sua corrente causal uma vingança, esta já é tarefa concluída, missão cumprida e não por cumprir. Aqui, fato do passado, ali, necessidade do futuro. Por outro lado, a sua adoção não tem o caráter relativamente espontâneo, flagrável no cangaço de rapina. Prescinde, senão em doses mínimas, do vocacional, daquela predisposição psicológica que, ao somar esforços com os estímulos sociais, deságua no estuário maior do cangaceirismo-profissão. Na verdade, a sua adoção resulta de um processo psicológico de sobrevivência: de desesperada sobrevivência. É porque esta escolha se faz, assim, com cartas marcadas pelo destino, as deserções são frequentes, não surgem as simpatias, a adaptação se mostra impossível, salvo se ocorrer transtipicidade para o cangaço como meio de vida.

Finda a apresentação do terceiro tipo básico de cangaço, cabe-nos fazer breve justificativa sobre o porquê desta tentativa de classificação.

A existência de cangaços dentro do cangaço já havia sido notada, há muitos anos, por estudiosos sérios do assunto. Para evitar alongamentos desnecessários, iremos nos basear, apenas, em alguns deles.

Além de Maximiano Campos, que no seu *Sem Lei nem Rei* mostrou-se sensível a esta realidade, estabelecendo tipos a que correspondem cangaços bem distintos, Ariano Suassuna, com o seu profundo conhecimento dos fenômenos sertanejos, reforça a tendência, em comentário feito sobre este último livro, quando lembra: "É por isso que eu dizia, a respeito de *Sem Lei nem Rei* e do personagem Antônio Braúna que este não é um cangaceiro comum. Entrou no cangaço, como Jesuíno Brilhante, por ter sido desfeitado, por um caso de honra. Por isso, apesar dos crimes que pratica, da violência em que vai mergulhando, é cavalheiresco e, de certa forma, um justiceiro".

Nesta outra passagem, reconhece, nitidamente, a existência de espécies dentro do gênero cangaço ao se referir a "casos excepcionais", "Mas, como eu vinha dizendo, Sinhô Pereira e Luís Padre provaram, com seus atos, que eram casos excepcionais no cangaço nordestino" (18). Recorde-se que, neste trabalho, estes dois bandoleiros são apontados como representantes, por excelência, do tipo minoritário do cangaço-instrumento de vingança.

Entre os mais antigos e de não menor idoneidade, vamos surpreender Luís da Câmara Cascudo, já em 1934, no seu *Viajando o Sertão*, falando mesmo, em tipo de cangaceiro: "Lampião reina incontestavelmente na imaginação sertaneja. Devemos um grande bem ao hediondo bandido. Desmoralizou o tipo romântico do cangaceiro" (19, p. 102).

Ulysses Lins de Albuquerque, testemunha das carreiras do cangaço em Pernambuco desde o princípio do século, neste verso do seu livro de poemas *Fogo e Cinza*, deixa bem clara a existência de espécies de cangaceiro:

"Sertão sem cangaceiros desalmados  
Da espécie de Corisco e Lampião  
Que os seus, eram românticos e honrados  
Casimiro... (20) Quidute... (21) Mansidão" (22).

Como se verifica, com maior frequência os autores citados sugerem ou referem a existência de tipos de cangaceiro. É claro que, inicialmente, a formulação dos tipos básicos de cangaço teria que se basear nos tipos de cangaceiro, atingindo o homem, antes de atingir o fenômeno.

Posteriormente, com a classificação já criada, é que se pode, no sentido inverso, classificar aquele, através de considerações sobre este. Assim, o que vai caracterizar Lampião, por exemplo, como cangaceiro profissional, é o fato de que predominou em sua vida este tipo de cangaço. Mas isto só é possível se contarmos com a classificação já pronta. O processo empregado para separar inicialmente os cangaceiros em tipos e, a partir deste ponto, chegar aos tipos de cangaço, teve que ser, obviamente, outro. Assim, o que fizemos foi reunir os cangaceiros segundo o mais forte impulso psicológico conducente à adoção do viver de bandido, impulso que se revela, objetivamente, através da preponderância em suas vidas de atividades voltadas à satisfação de aspirações de vingança, ganhos materiais, notoriedade ou sobrevivência. Verificamos em seguida que a forma criminal desenvolvida pelo homem que teve o seu impulso condicionado pelo desejo de vingança, apresentava traços bem definidos, capazes de extremá-la daquela posta em prática por cangaceiro cujo impulso se orientara no sentido de atender a aspirações de ganhos materiais ou notoriedade, o mesmo ocorrendo entre estas e a forma criminal daquele que encontrara na pura necessidade de sobrevivência razão bastante para dedicar-se ao cangaço. A etapa seguinte foi dar título a cada uma dessas três formas que, conforme se pôde constatar ao longo deste trabalho, são as seguintes:

*CANGAÇO DE RAPINA OU CANGAÇO-MEIO DE VIDA* — Tipo de maior frequência e expressão como modalidade criminal dentro do quadro geral do cangaço nordestino. Teve como principais representantes Lampião (23) e Antônio Silvino (24).

*CANGAÇO DE VINGANÇA* — Tipo de ocorrência relativamente menos frequente, muito embora as suas características de banditismo sertanejamente ético tenham conferido à imagem genérica do cangaço grande destaque, especialmente literário. Seus principais representantes foram Jesuíno Brilhante (25) e Sinhô Pereira (26).

*CANGAÇO-REFUGIO* — Tipo de pouquíssima expressão. Diferentemente dos tipos anteriores, esta modalidade se caracteriza pela riqueza de sua estratégia defensiva. Como representante, poderíamos apontar o cangaceiro Ângelo Roque (27), na fase inicial, puramente defensiva, em que manteve grupo próprio, e naquela imediatamente posterior à sua adesão ao grupo de Lampião.

Sendo, antes de tudo, formas de cangaço, apresentam entre si a face comum e básica de banditismo rural, bem como, o caráter coletivo de sua estruturação em grupos.

Cabe ainda advertir que, repousando a classificação em preponderâncias, não se deve julgar que o representante de uma modalidade não tenha jamais praticado ato típico de outra. Assim, afastamos desde já interpretações por essa forma exageradas, pela consideração de

que temos conhecimento tanto de vinganças episodicamente cometidas por Lampião — ataque à fazenda Serra Vermelha, em 1926, com o trucidamento de seu proprietário, Sr. José Nogueira — quanto de uns poucos saques violentos praticados por Sinhô Pereira — ataque ao fazendeiro Valdevino Lobo, na localidade Dois Riachos, município de Catolé do Rocha, em 1919, com o roubo de mais de dois contos de réis. É evidente, entretanto, que o accidental da vida de um se mostrou frequente e preponderante na do outro, e vice-versa.

Quanto à utilidade da classificação proposta, não nos cabendo, decerto, comentá-la, gostaríamos apenas de registrar a extinção e a provável impossibilidade de ressurgimento do cangaço de rapina, em nossos dias. Diga-se o mesmo em relação ao cangaço-refúgio. Já no que diz respeito ao tipo romântico do cangaço como instrumento de vingança, registre-se não ser fenômeno inteiramente extinto nos dias correntes, sendo ainda possível flagrá-lo, embora o seu reportar se faça esporádico e, quase sempre, fugaz. Floro Gomes (28) — a quem conhecemos pessoalmente — mantinha em plena atividade na década imediatamente anterior à presente, e com finalidades vingativas, aguerrido grupo de cangaceiros, composto pelos cabras Manoel Prata, José Prata e Faisca, além do célebre Valderedo Ferreira. Foi este grupo que, em meados do ano de 1963, pôs em fuga uma volante de cerca de vinte soldados, parte de Pernambuco e parte da Bahia, em tiroteio verificado na localidade Iatecá, município de Bom Conselho, Pernambuco, retendo, como troféus de guerra, duas metralhadoras e quatro pentes de remuniamento!

A classificação, sob outro aspecto, abre vistas ao interessante estudo comprobatório de duas constantes relacionadas com dois grandes fatores de estímulo ao cangaço. Um de natureza sociológica, outro de feição mesológica, de forma imediata, mas com profundas repercussões sociológicas: as lutas de família e a seca. Esta última, acarretando a proliferação do cangaço-meio de vida, e a primeira, determinando o incremento do cangaço de vingança. A questão, entretanto, por si só, exige estudo autônomo, pelo que, finalizando esta parte, gostaríamos apenas de registrar a nossa esperança de permitir aos estudiosos da história do cangaço não ter que ombrear, sob a denominação simples de "cangaço", o viver de figuras tão distintas entre si quanto foram, por exemplo, Jesuíno Brilhante e "Jararaca" (29), ou Sinhô Pereira e Lampião.

## 2. Secas, Agitações Políticas e o Cangaço de Rapina

O cangaço de rapina foi tipo de banditismo rural de ocorrência frequente no sertão do Nordeste, especialmente durante o século XIX e primeira metade do atual. Como forma de criminalidade grupal sem finalidades políticas, ideológicas, ou mesmo ligadas a sentimentos de família ou clã, apresenta acentuado parentesco com manifestações cri-

minosas surgidas em quase todas as partes do mundo. Não tendo objetivos além da simples sobrevivência, em caráter imediato, e do ganho material, poder e notoriedade, em segunda perspectiva, os grupos têm a uni-los, não a consecução de um ideal coletivo, mas a comunhão eventual de interesses individuais, sendo frequentes os engajamentos e as deserções. A nível singular, o cangaço de rapina tem como representante, por excelência, aquele bandido dotado de razoável predisposição psicológica, oriunda de fatores disposicionais ou adquiridos, que encontra satisfação na forma de vida adotada.

A ocorrência desta forma de banditismo experimenta seu apogeu em períodos de desorganização social. Em nossa região os grandes surtos estiveram ligados, quase sempre, ao fenômeno da seca e às agitações políticas. A correlação com a primeira pode ser explicada pelo profundo abalo social que os longos períodos de estiagem produziam na sociedade sertaneja, golpeando a sua incipiente estrutura e reduzindo à mais completa miséria famílias que, meses antes, gozavam da verde prosperidade dos tempos chuvosos. Na aridez da paisagem sertaneja a chuva é o fiel da balança da sorte. Presente, tem-se a fartura; quando escasseia por um ano ou mais, o quadro trágico das lavouras perdidas, do gado morrendo à míngua, das procissões profanas dos retirantes desesperados, dos barreiros esturricados, do salve-se quem puder. No coice dessas ocorrências, fatalmente o cangaço de rapina se manifestava com intensidade assombrosa. Fazendo um balanço dos efeitos da seca de 1877/79, Irineu Joffily, nas suas *Notas sobre a Paraíba* (30, p. 96-7), lembra que "era geral a falta de segurança; e por isto alguns fazendeiros dos mais abastados, que não quiseram abandonar as suas propriedades, foram obrigados a levantar forças para a sua defesa". O transporte de gêneros, segundo o mesmo autor, tornara-se extremamente difícil, exigindo a formação de caravanas que "atravessavam 50 a 60 léguas de sertão, levando cada homem às costas 40 e até 80 litros de farinha, além das armas que carregavam para repelir as investidas dos famintos que encontravam nas estradas e os ataques mais perigosos de numerosos cangaceiros". Estendendo seu comentário a secas anteriores lembra ainda que "em 1692 os indígenas foragidos pelas serras reuniram-se em numerosos grupos e caíram sobre as fazendas das ribeiras devastando tudo. Em 1725 e nas outras secas desse século repetem-se com maior excesso as depredações e assassinatos".

Em menor proporção as agitações políticas também ensejavam a proliferação da rapinagem cangaceira, por conta da desorganização e insegurança que igualmente causavam. "No tempo do cangaceirismo... todas as vezes que havia agitação de ordem política, eclodiam núcleos e mais núcleos de malfeitores", afirma J. de Figueiredo Filho, em sua *História do Cariri* (31, p. 135-6).

Longe de serem fenômenos que se repelem, frequentemente a seca se aliava às agitações políticas para, juntas, desferirem golpes ainda mais profundos na comunidade sertaneja. Adiante tentaremos expor as evidências históricas que confirmam a constante enunciada, detendo-nos, de raspão, em questões como a repressão policial, a necessidade do cangaceiro se fazer aceito e compreendido pelo sertanejo, as repercussões na imprensa e na comunidade, a sagacidade de Lampião, a importância dos coiteiros para a existência do cangaço, certas medidas repressivas a nível de governo, o choque do progresso sobre o bandido, certas peculiaridades da sociedade sertaneja, concluindo com um estudo comparado, ao lado de especulações sobre um possível ideal de vida do cangaceiro de rapina. Assim, o leitor não deve reparar o aspecto de colcha de retalhos que esta parte do estudo necessariamente terá.

Paralelamente à seca de 1844/45, surge no cariri cearense o numeroso bando dos "Serenos", espalhando-se, em seguida, por toda a zona fronteiriça. Em 1878, no auge da grande seca, narra Rodolfo Teófilo que os jornais "reclamavam enérgicas providências contra salteadores que continuavam a infestar o interior". E mais adiante: "formavam-se todos os dias novos grupos. Em Milagres havia aparecido o dos Quirinos, sob a proteção de João Calangro. Compunha-se de trinta homens, acompanhados por três chefes e irmãos, o mais velho dos quais chamava-se Quirino". Sobre João Xavier de Souza Calangro é ainda de Teófilo a observação curiosíssima de que "fazia guerra de extermínio aos grupos que se formavam sem seu consentimento", dispondo, para tanto, de um grupo "perfeitamente disciplinado, montado, bem armado e uniformizado" (32, p. 104-5, 203).

Ainda desta fase: os "Mateus", grupo numeroso, de mais de cem homens; os "Simplicios"; os "Meireles"; os "Barbosas", da zona de Pajeú de Flores, além dos "Viriatos". O êxito financeiro destes últimos chegava a preocupar o presidente da Província do Ceará que, em relatório, dava conta dos seus esforços: "Forças combinadas desta Província e da Paraíba conseguiram sitiar o grupo dos Viriatos, por ventura o mais audaz e poderoso daqueles bandidos, na povoação de Boa Esperança, do termo de Milagres, da qual se tinha assenhoreado, e aí travou-se o combate, em que morreram doze salteadores e um soldado, tendo-se dado de parte a parte muitos ferimentos. Vigorosamente atacado e batido, o grosso da quadrilha pôde todavia evadir-se; mas ficaram treze prisioneiros, mais de cem cavalgadas e valores de subida importância, fruto de suas depredações" (33, p. 172).

A constante que se verificava entre a seca ou as agitações políticas e a rapinagem cangaceira, tendo, embora, atingido o seu auge durante e logo após a seca de 1877/79, conhece memória bem mais antiga. Cem anos antes, ao tempo em que se encontrava à frente da Ca-

pitania de Pernambuco o diligente José Cesar de Menezes, a seca de 1777/78 (34) operava a desarticulação da insipiente estrutura governamental, especialmente nas zonas longínquas, acarretando prejuízos à lavoura e ao comércio. No cortejo das agudas repercussões sociais "infestavam a capitania alguns bandos de malfeitores, levando o crime e o terror por toda parte", segundo nos dá notícia Pereira da Costa (35, p. 149).

Após a grande seca de 1877/79 houve um bom período de invernos regulares, pontilhados, aqui e acolá, por estiagens de menor intensidade. Mas, logo ao fim do terceiro lustro do século atual, estala aquela que seria a sua primeira grande seca. Coincidentemente, vem se deparar com um sertão convulsionado por força dos reflexos da revolução do Juazeiro, que havia derramado milhares de armas em mãos de sertanejos simpáticos à causa do Padre Cícero e do Doutor Floro Bartolomeu. A instabilidade social reinava em toda parte. Com ela, o surgimento de grupos e grupos de cangaceiros, alguns formados exclusivamente à base de ex-guerrilheiros da "causa santa" do Juazeiro, exímios cabos de guerra, surpreendidos pelo "desemprego" resultante da final deposição do Coronel Marcos Franco Rabelo.

Um dos episódios de maior audácia da guerra do Padre Cícero foi, sem dúvida, a morte do Capitão J. da Penha, valente oficial das forças legalistas, que tombou crivado pelas balas a ele dirigidas por um dos mais famosos cabecilhas juazeirenses, o célebre Zé Pinheiro.

Pois bem, este mesmo Zé Pinheiro, logo após o término da revolução, organiza um grupo — sem dificuldade alguma, já se vê — e passa a se entregar ao puro cangaço de rapina. Também em suas novas ocupações a notoriedade não lhe tarda a surgir, aparecendo com frequência nos jornais do Recife, já em janeiro de 1915, notícias como esta do diário *A Província*:

"O Dr. Chefe de Polícia determinou aos delegados de Ouricury e Granito que seguissem para Novo Exú, a fim de, juntamente com o delegado local, cercar o facinora José Pinheiro e seu numeroso grupo, que ameaça atacar Bodocó no dia 22 de janeiro...".

A audácia e a perversidade deste cangaceiro mereceram de Irineu Pinheiro o registro eloquente: "Foi este facinora quem, meses depois da morte do capitão Penha, à frente de numeroso grupo, atacou Quintino Feitosa, delegado do Juazeiro, e após várias horas de luta matou-o, arrancando-lhe, a faca, o bigode, em um requinte de feroz canibalismo. No dia seguinte à façanha andava pelas ruas a mostrar o sinistro troféu. Nas bodegas, mergulhava-o na aguardente que depois bebia" (36, p. 143).

Deste período vale referir ainda os cangaceiros João Arruda Cordeiro, "João da Banda", e Antão Clemente Gadelha, "Antão Godê", para nos restringirmos aos mais famosos chefes de grupo. O jornal *A Província*, edição de 19 de dezembro de 1914, trazia a notícia de que Antão Godê estava operando não apenas na zona do sertão, mas também no agreste pernambucano:

"Segue hoje às sete horas, pelo trem da *Great Western* para Belo Jardim, onde vai assumir o exercício do cargo de delegado de polícia, o alferes do regimento policial José Alvino de Queiroz, que leva sob seu comando uma grande força, no intuito de dar caça ao cangaceiro Antão Godê, que, segundo telegrama recebido pelo Dr. Chefe de Polícia, está depredando aquela zona, a frente de vinte bandidos". Para que se avalie o poderio deste grupo é suficiente lembrar que o célebre Antônio Silvino — cangaceiro que iniciou a sua atuação por volta do ano de 1897 —, no auge de suas tropelias, em 1905, se fazia acompanhar de cinco cabras. Ao ser capturado em 1914, se encontrava ao lado de seis companheiros, apenas.

O clima de instabilidade que envolvia o mundo do sertanejo atingia todos os setores produtivos da sociedade. O comércio, as formas incipientes de beneficiamento industrial, a agricultura, a pecuária, tudo padecia durante os períodos agudos de eclosão do cangaceirismo. Nas estradas os almocreves não se sentiam seguros, pela ocorrência frequente de assaltos. A sobrevivência dos viajantes era paga, a peso de ouro, pela arriscadíssima colaboração: dinheiro, bebida, munição de boca ou de briga. As feiras sofriam adiamentos, interrupções, saques, e chegavam a ser dissolvidas não raras vezes. Gérson Maranhão contou-nos pessoalmente que, no início da sua próspera atividade de comerciante, por volta de 1914, negociava com tecidos nas feiras de algumas localidades do Pajeú pernambucano. A demanda por seus artigos ultrapassava de muito a oferta, mas os pagamentos, raríssimos em certa época, subvertiam a teoria econômica. De uma feita, quando dava feira no povoado Bom Nome, aproximou-se de sua barraca um dos valentões do Pajeú de outrora, Pedro da Santa Fé, que lhe solicitou "duas varas e uma quarta de azulão, vara e meia para a camisa, lenço inglês para peçoço e um par de meias". Atendido, passou a resmungar contra o preço da vara de azulão, e dando as costas a Gérson foi se juntar aos seus cabras, não sem antes dizer, sobranceiro: "Estarei sempre à disposição do senhor e dos seus" (37).

A estagnação das atividades econômicas não se fazia completa, graças a uma preciosa contrapartida. É que, com os surtos de cangaceirismo, coincidia, quase sempre, o envio de avultado número de soldados, e até mesmo, a partir de certa época, o alistamento na milícia de homens da própria região, implicando tudo isso numa sensível injeção de recursos. Com a chegada da tropa aumentavam as vendas, be-

neficiando os donos de empórios, mercearias, os feirantes, os almocreves, os produtores e principalmente os donos de cabarés, o que não significa que os soldados fossem pagadores ordeiros. Ao contrário, diante de comerciante inexperiente, lançavam mão invariavelmente das famosíssimas "requisições"... à conta posterior do tesouro do Estado, quando não se negavam, pura e simplesmente, a pagar.

Já disse Gustavo Barrozo que a crueldade policial no Nordeste é velhíssima. As perseguições, a subordinação ao poder dos coronéis, a corrupção, o facciosismo e as brutalidades desnecessárias concorreram para formar imagem negativa do soldado aos olhos do sertanejo. Naqueles ermos tornava-se difícil manter a disciplina das tropas volantes, resvalando o soldado a um tipo de conduta que em nada diferia da adotada pelos protagonistas do cangaço-meio-de-vida. O quepe cedia ante a sedução do chapéu de couro e os desertores iam integrar as hostes celeradas. Não esquecer que o cangaceiro "Jararaca" foi soldado antes de formar seu grupo e que o corneteiro do bando de Lampião era um desertor que havia abandonado a tropa com corneta e tudo!

O major reformado do Exército Nicanor Guedes de Moura Alves, comandante-geral das forças de repressão ao banditismo no sertão da Paraíba, até o ano de 1912, narra, em carta dirigida a Gustavo Barrozo, as razões de sua profunda decepção: "... as praças desertavam aos grupos de 4 e 6 quase diariamente, conduzindo armamento e munição, para engrossarem as fileiras dos bandidos" (38, p. 117).

Por outro lado, a consciência de que a guerrilha exige, como fator de êxito e mesmo de sobrevivência, que se obtenha a colaboração dos habitantes da zona conflagrada, jamais entrou na cabeça dos policiais. Se isto ocorresse, não resta dúvida de que cuidariam em formar imagem simpática, tal como sucedia com os cangaceiros que, intuitivamente, atentaram para o problema, justificando, sob o prisma da ética sertaneja, o seu procedimento, conforme já expusemos em trecho anterior deste trabalho. Não há mistério no apoio dado pelo homem do sertão ao cangaceiro, como não há também no desprezo daquele pelo policial: "O sertanejo detesta o policial. Vê nele o seu maior inimigo", lembra, ainda uma vez, Gustavo Barrozo. A confirmação destas palavras é dada, de forma cabal, por um ex-comandante de tropas volantes, Optato Gueiros, neste passo das suas memórias: "Somente quem está nesse serviço pode fazer uma idéia precisa do que seja a oposição que encontravam as volantes da parte dos que residem pelos matos" (39, p. 168).

Nem bem os efeitos da seca de 1915 se haviam diluído — para o que concorrera grandemente o largo período de oito meses de chuvas do ano de 1918 — irrompe a pavorosa seca de 1919, com todos os efeitos colaterais indesejáveis, confirmando, mais uma vez, a constante trágica. "A seca de 19, como ficou conhecida, fez época. Isso porque, desde o triste-

mente célebre ano de 1877, em que muito brasileiro morreu de fome, foi esse o mais devastador dos fenômenos dessa natureza”, comenta Rodrigues de Carvalho, em seu livro *Serrote Preto* (40, p. 114).

De se esperar, o cangaço-meio-de-vida mais do que nunca se fez presente, fiel à sua grande aliada. A agudeza de observador de Rodrigues de Carvalho, não passou despercebido esse relacionamento: “O biênio 1919-20 foi sem dúvida um dos períodos mais férteis à expansão do banditismo, que à semelhança de uma praga de gafanhotos disseminada pelas catingas sertanejas do Nordeste, trouxe sob ameaça constante a vida e a propriedade alheias. Certamente a grande seca que devastou nesse interstício toda aquela infeliz região, reduzindo as populações a indescritível penúria, muito tenha concorrido para tal incremento”. E adiante: “Os assaltos a mão armada se sucediam num crescendo assustador, tanto nas estradas como nas fazendas e vilarejos, com assassinatos, roubos e depredações” (41, p. 137).

Não há exagero algum no descrito. Com a seca de 1919 o cangaço profissional entrou em fase de vertiginosa expansão. E quando os esforços repressores dos governos estaduais começavam, nos anos seguintes, a se mostrar promissores, a agitação causada pela presença da Coluna Prestes nos sertões do Nordeste, logo ao início do ano de 1926, veio trazer novo alento aos bandidos, proporcionando-lhes não somente ampla recuperação, como ainda a possibilidade de recrudescimento em escala nunca vista. Os grupos não deixaram passar a grande oportunidade, convertendo-se esse ano de 1926 no apogeu absoluto de toda a história do cangaço.

Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, principal responsável pelo ano de “glórias” do cangaço, teve início de atuação coincidente com a etapa primeira desta fase, ao tempo em que, ainda como cabra, fazia o seu aprendizado nas hostes recém-surgidas dos Pequenos e dos Porcos, bem como, em etapa seguinte, no bando de Sinhô Pereira. Para que se tenha idéia da atuação dos cangaceiros neste ano, citaremos algumas das ocorrências mais audaciosas, limitando-nos à do grupo de Lampião. Note-se ainda que, à exceção de uma, estão aqui arroladas apenas as que tiveram por palco o Estado de Pernambuco.

- 22 de fevereiro — Ataca a fazenda Serra Vermelha, município de Vila Bela (atual Serra Talhada), matando seu proprietário, Sr. José Nogueira, e exterminando todo o gado.
- 04 de março — Penetra no Juazeiro, onde dias depois recebe a patente de capitão, a fim de combater, ao lado das forças federais, a Coluna Prestes.

- 16 de abril — Invade Algodões.
- 07 de maio — Invade Triunfo — estando o grupo sob o comando de Sabino.
- 14 de agosto — Interrompe as comunicações telegráficas, cortando os fios e incendiando os postes, em Vila Bela.
- 18 de agosto — Tiroteia com forças pernambucanas na fazenda Favela, Floresta, resultando dez soldados mortos e sete feridos.
- 26 de agosto — Ataca a localidade Tapera, do município de Floresta, matando treze pessoas.
- 02 de setembro — Invade Cabrobó, à frente de cento e cinco bandoleiros, sob toques de corneta e em perfeita formação militar.
- 06 de setembro — Invade Leopoldina, fuzilando quatro residentes, saqueando o comércio, a mesa de renda e destruindo o telégrafo.
- 01 de outubro — À frente de cento e vinte seis homens, põe em fuga força pernambucana que se defrontara com o grupo, próximo a Floresta.
- 25 de novembro — Sequestra viajantes das empresas *Standard Oil Company* e *Souza Cruz*, exigindo dezesseis contos de réis de resgate, sob pena de morte.
- 26 de novembro — Tropas pernambucanas tentam resgatar os prisioneiros, verificando-se violento combate na localidade Morada, que se prolonga pelo espaço de um dia e uma noite. Lampião, em companhia de cento e vinte homens, consegue manter os prisioneiros consigo.
- 12 de dezembro — Na localidade Juá, destrói a tiros cento e vinte e sete bois do fazendeiro Joaquim Jardim, estabelecido em Floresta.
- 14 de dezembro — Fere-se o tiroteio de Serra Grande, o maior de todos. Lampião enfrenta uma tropa de duzentos e sessenta soldados, com apenas noventa cabras. A tropa, ao final, perde cerca de vinte soldados.

Não se passava uma semana sem que surgisse um novo grupo. O estímulo da impunidade se erguia como efeito multiplicador em escala, até então, nunca vista. Mais de uma vez o Governador Sérgio Loreto foi obrigado a sustar viagens de inspeção a obras no sertão por que a força pública não se sentia em condições de lhe dar suficiente garantia.

O *Jornal do Recife* abria a sua edição de 05 de dezembro de 1926 com este comentário:

“Nos sertões de Pernambuco, não é somente o bando de Lampião que assola, devasta, arruina. Outros bandos surgem, também armados e fartamente municiados depredando, arrasando tudo nas suas passagens sinistras”.

De fato, em levantamento que fizemos dos grupos mais destacados em atuação no período que se compreende entre os anos de 1919 a fins de 1927, encontramos, pelo menos, vinte e cinco deles. Designados, quase todos, pelo nome dos seus chefes, vão a seguir, arrolados, com suas respectivas bases de operação:

Antônio Germano — Floresta, Tacaratu e sertão de Alagoas.

Manoel Porcino — Mata Grande, Alagoas.

“Pequenos” — Floresta, Pernambuco.

“Melões” — zona do sertão alagoano e sertão baixo de Pernambuco.

José Bernardo, “Zé Piutá” ou “Casa Velha” — zona da fronteira entre Pernambuco, Ceará e Paraíba.

Antônio “Jerimum” — zona de Arneiroz e Tauá, sertão do Ceará.

Manoel Ângelo — Salgueiro.

Ulysses Liberato de Alencar — sertões da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Manoel Frutuoso — Granito, Pernambuco.

João Marcelino, “Vinte e Dois” — Serra do Araripe.

“Beija-Flor” — zona do Pajeú, Pernambuco.

Francisco Pereira Dantas, “Chico Pereira” — sertões da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Sobre este bandido há o seguinte comentário do *Jornal do Recife*, curiosíssimo por mostrar a sua faceta de lançador de “modas” no cangaço: “Chico Pereira não usa cabacinha d’água, chapéu de couro, prefere um traje assim a herói de “Far West”, envergando chapéu de massa, de abas largas, lenço vermelho ao pescoço, pesadas cartucheiras, calça culo-

te, polainas e clássico punhal nortista traspassado à cinta. Como se vê o Chico Pereira é um cangaceiro de feição moderna que faz seu figurino por certo de alguma revista cinematográfica" (42).

José Patriota — São José do Egito, Pernambuco.

"Mocinho Godê" — zona do Pajeú, Pernambuco.

"Tenente" — zona do Pajeú.

Manoel Rodrigues — São José do Egito e Afogados da Ingazeira, Pernambuco.

José Leite de Santana, "Jararaca" — zonas do Moxotó e Pajeú, Pernambuco.

"Zé Pretinho" — Tacaratú e Inajá, Pernambuco.

Antônio Freire — Sítio dos Moreiras, Pernambuco.

Manoel Marcelino, "Bom de Vera" — Serra do Araripe.

"Marinheiros" — Floresta, Pernambuco.

Manoel Francisco — Bodocó, Exú e Granito, Pernambuco.

"Sipaubas" — Salgueiro, Pernambuco.

Horácio Novais — Floresta, Pernambuco.

Sabino Gomes de Mello — Zona do Pajeú.

Massilon Leite, "Benevides" — zona da fronteira entre os sertões da Paraíba e Rio Grande do Norte.

Por essa época, a fama de Lampião corria o país inteiro. Na imprensa do Recife, especialmente, poucos lhe ameaçavam a primazia como ocupante de espaços nobres nos jornais (43). A opinião pública se manifestava em críticas frequentes à impotência das forças, tendo ocorrido verdadeira comoção quando o bandido maldosamente propalou aos quatro ventos a sua intenção de atacar Rio Branco, atual cidade de Arcoverde. Era audácia demais, comentava-se no "Helvética". Afinal, Rio Branco não podia ser equiparada a um vilarejo qualquer. Cabeça de trilho da *Great Western*, o acelerado progresso colocara a cidade logo abaixo de Caruaru e Garanhuns. A oposição política ao Governador Sérgio Loreto não perdia chance de ironizar que já sendo o bandido amplamente reconhecido como o verdadeiro governador do sertão, nada mais justo e consentâneo com o seu poder discricionário que procurasse sediar o seu comando em Rio Branco.

Preocupado com as nefastas repercussões, Sérgio Loreto vinha a público justificar-se, culpando, ora a "topografia da região", ora a incrível mobilidade do facinora. Em dia infeliz resolveu apontar como causa de todos os males a colaboração prestada aos bandidos pe-

los sertanejos, o que, afastados os exageros, não deixava de ser verdade. Pagou pela inabilidade política. Sem demora, o Senador Manoel Borba promove solene e derramado desagravo aos irmãos do sertão, "heróicos coestaduanos que, de vítimas, se converteram em causadores do banditismo, pela leviandade de um Governador", segundo palavras de um orador da época.

Na imprensa, até o setor de propaganda foi vulnerado pela verdadeira mística que se formou em torno de seu nome guerreiro. Foram comuns os anúncios como este, publicado em 28 de novembro de 1926:

### LAMPIÃO

"Tem dúvidas de ser preso, nunca duvidou e nem duvidará que a Casa das Fazendas Bonitas sempre foi, é e será a mais barateira do Recife". Rua 1.º de Março, 67 (44).

Em outras capitais do Nordeste também as proezas do rei do cangaço se impunham como assunto preferencial, tanto de desocupados quanto de autoridades responsáveis, preocupadas com o estado de coisas. Tal popularidade não ficaria, decerto, à margem de repercussões jocosas junto ao eleitorado, quase sempre tão desiludido quanto aos representantes que escolhe. Lampião, quando nada, era homem de ação, e talvez por isso tenha merecido a homenagem de um eleitor de Fortaleza, segundo dá conta o jornal *A Notícia*, edição de 26 de fevereiro de 1927:

"Em uma das seções da capital foi aberta urna com o voto: Para Deputado Federal, o Capitão Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião...".

Difícil avaliar a tensão em que viviam as famílias recifenses, grande parte delas com ramificações no sertão, em zonas que se haviam convertido em pasto das "razzias" do vilabelense. Mas lá um belo dia corre a notícia que viria desafogar, ao menos por um tempo, os recifenses e pernambucanos: Lampião morrera em combate com as forças do tenente Gueirós. Alegria geral. O *Jornal Pequeno* se apressou a registrar todos os fatos, em sua edição de 13 de fevereiro de 1926:

"A população desta capital recebeu, depois das dez horas, uma das notícias mais alvissareiras — a morte do célebre bandido Lampião.

Se bem que a nefasta ação do grande criminoso não chegasse até aqui, por um dever de solidariedade, por um sentimento de humanidade, sentimo-nos possuídos de imensa satisfação logo que circu-

laram os primeiros boatos de que a gente laboriosa e honesta dos sertões de quatro Estados estava livre da sombra terrível do famigerado sicário.

Daí, o ajuntamento de numerosas pessoas em frente às redações dos jornais quando foram afixados os primeiros placards, todos comentando com elogios e visível satisfação a atuação eficiente da brava força pernambucana, que se sabia haver enfrentado o renomado bandido Lampião.

Em campo a nossa reportagem para que pudéssemos dar ao público notícias oficiais absolutamente verídicas, soubemos do seguinte:

Ontem, à noite, o Exmo. Sr. Dr. Sérgio Loreto, honrado Governador do Estado, recebera um telegrama informando que as forças do tenente Optato Gueiros haviam emboscado Lampião e o seu grupo entre Custódia e Alagoa de Baixo. Acrescentava o despacho que Lampião havia sido apanhado nessa emboscada.

Hoje, às 09:00 horas da manhã, mais ou menos, o Dr. Assis Ribeiro, superintendente da "Great Western", comunicou, por telefone, ao Exmo. Sr. Governador do Estado, que havia recebido notícias telegráficas, informando de fonte insuspeita, a morte de Lampião, durante a luta que se travou entre o grupo do bandido e as forças do tenente Optato Gueiros".

Os dias de herói do valente oficial durariam, entretanto, muito pouco. Logo a 22 do mesmo mês Lampião reaparece e, em manobra fulminante, ataca a fazenda Serra Vermelha, em Vila Bela, destruindo tudo, além de trucidar o seu proprietário. O estilo inconfundível levava os pernambucanos a uma triste conclusão. Não havia mais como duvidar. Era ele mesmo. E vinha danado da vida com as notícias a seu respeito. Dias depois, quando de sua estada no Juazeiro, não perdeu a oportunidade de esclarecer, em entrevista à imprensa, que nunca estivera tão vivo, aproveitando, por outro lado, a ocasião para emitir conceitos desprimorosos sobre a conduta do tenente Optato Gueiros. Indagado sobre a sua "morte", responde raivoso: "E o tenente é um corredor; ele nunca fez diligência de se encontrar com nós; nós é que lhe matemos alguns soldados mais afoitos" (45).

Os gastos públicos com a repressão ao banditismo ascenderam neste período a cifras vultosas. A Força Pública de Pernambuco, que ao tempo do governo Sérgio Loreto se compunha de 2.590 homens, sendo 101 oficiais e 2.489 praças, distribuídos em três batalhões de infantaria, um regimento de cavalaria, uma companhia de metralhadoras e um corpo de bombeiros, custava aos cofres do Estado a importância de 6.840:608\$000, anuais. Insuficiente, viu-se o Governador obrigado a "não dispensar os 500 voluntários alistados especialmente para a

defesa contra os rebeldes (Coluna Prestes), excedendo embora o efetivo fixado na lei vigente de organização de forças" (46, p. 374), o que acarretou um aumento anual de despesa da ordem de 797:612\$550.

Tal como sucedera em 1914, em decorrência da revolução do Juazeiro, nos anos de 1926 e 1927 os sertões de Pernambuco, Paraíba e Ceará se achavam inundados de armas que haviam sido fartamente distribuídas pelo governo federal, quando da organização de milícias irregulares destinadas a dar combate à Coluna Prestes. Estuário das piores vocações criminosas existentes na zona, os tristemente célebres "batalhões patrióticos", além de se revelarem de escassa eficiência no combate aos rebeldes, foram responsáveis por um verdadeiro derrame de moderno armamento de combate, especialmente fuzis alemães de fabricação "mauser", do mesmo tipo usado, então e ainda hoje, pelo Exército. O próprio grupo de Lampião, convocado ao Juazeiro pelo Deputado Federal e organizador da campanha, Floro Bartolomeu da Costa, converteu-se em um desses famigerados batalhões, recebendo cada cangaceiro um fuzil, fardamento e quatrocentas balas.

Sem o menor interesse em oferecer combate aos rebeldes — homens a quem não conhecia e que não o molestavam — e estimulado pelas virtudes do moderno armamento conseguido, Lampião se entrega à elaboração de um audacioso plano de ataque, que viria a ser posto em prática a 13 de junho de 1927. Dirige convites aos mais experimentados chefes de grupos em atuação na área, promovendo formidável junção de forças, em que o aspecto qualitativo se encarregaria de superar o inconveniente de ter que formar grupo relativamente reduzido, por força da necessidade estratégica de resguardar o elemento surpresa.

Concluídos os preparativos, nos primeiros dias de junho, parte Lampião para Mossoró, à frente de cinquenta e três dos mais perfeitos guerrilheiros da região, naquela que seria a sua maior tentativa de rapina. Travessia difícil, cerca de quatrocentos quilômetros em território neutro, território que não conhecia e onde não tinha, portanto, protetores nem inimigos. Decorridos alguns dias de marcha sobresaltada pelo sertão do Rio Grande do Norte, está Lampião às portas de Mossoró, segunda cidade do Estado, conhecida como a capital do oeste. A finalidade de pura rapina se revela, sem rodeios, da primeira à última frase da carta dirigida ao Prefeito Rodolfo Fernandes, transcrita aqui em sua grafia original:

"Estando eu até aqui, pretendo é dinheiro. Já foi um aviso ahi para os senhores, se por acaso resolver mi a mandar me a importancia que vos pedi Eu envito de Entrada ahi, porém não vindo esta importancia eu entrarei até ahi penso que adeus querer, eu entro e vae aver muito estrago, por isso se vier o dinheiro eu não entro ahi, dê resposta logo". Capm. Virgulino (47, p. 112).

O exagero da quantia solicitada não deixou margem a que os mossoroenses contornassem a situação: quatrocentos contos de réis. Teriam que lutar. Afinal, dispunham de aproximadamente cento e cinquenta homens em arma. Os bandidos eram apenas cinquenta e três, mas não será exagero se, reconhecendo o adestramento e o valor combativo, multiplicarmos este número por três. Feriu-se, assim, o combate com igualdade relativa de forças. Após quarenta minutos de fogo e já tendo tomado duas ruas, Lampião ordena a retirada. Fracassara o seu maior plano. A partir desse momento a estrela do bandido lentamente passaria a brilhar cada vez menos.

A marcha de retorno a Pernambuco seria pontilhada de pequenos combates. No mais das vezes, rápidas escaramuças de desgaste que lhe impunham as forças volantes, assanhadas com a quebra de sua invencibilidade.

As voltas com o grave problema das deserções que se seguiram ao revés em Mossoró, Lampião chega ao Pajeú, deparando-se com problema ainda maior. É que, com o advento do governo Estácio Coimbra, o novo chefe de polícia de Pernambuco, Eurico de Souza Leão, havia estabelecido novas diretrizes à repressão ao banditismo. O ponto central de sua firme orientação repousava no combate, sem tréguas, aos coiteiros. Um a um iam descendo presos para a capital alguns dos principais aliados do cangaço. De Custódia, descem dois políticos influentes; de Vila Bela, o prestigiado comerciante Ascendino Alves de Oliveira e o chefe político, "coronel" José Olavo de Andrada; de Rio Branco, descem mais alguns coiteiros, até que, finalmente, é preso o "coronel" Ângelo Lima, conhecido como Ângelo da Gia, à época, talvez o maior. A ação corajosa de Estácio Coimbra contra homens que, juntos, representavam milhares de votos, tira as muletas ao bandido. Sem o coiteiro o cangaceiro não é nada. Essa política que implicava em aguda análise social do problema, representava, ao lado de outras, o resultado da sensibilidade do novo governo no estimular os estudos sociais, todos procedidos sob a inspiração de Gilberto Freyre, então chefe do gabinete.

Em decorrência de sua incontestável eficácia, já em fins do ano seguinte, 1928, Lampião, com o grupo reduzido a menos de uma dezena de cabras, abandona o seu Estado natal, internando-se nos sertões da Bahia.

A importância capital do coiteiro em relação ao bandido fica perfeitamente evidenciada pela verificação dos seus primeiros passos naquelas paragens quase desconhecidas. Durante o período de mais de um ano, o bandido se impõe um retraimento completo, dedicando-se com grande habilidade à formação de um novo quadro de aliados. Maneiroso e inteligente, já em meados de 1929, ao tempo em que len-

tamente vai retomando o ritmo anterior de suas atividades, Lampião dispõe do apoio de fortíssimos coiteiros, entre os quais se podem registrar, com maior destaque, o "coronel" Petronilo de Alcântara Reis, de Santo Antônio da Glória; o "coronel" João Sá, de Jeremoabo; o fazendeiro João Maria de Carvalho, da Serra Negra, todos na Bahia, e mais, o "coronel" Antônio Carvalho, conhecido como Antônio Caixeiro, do município de Canhoba, e o seu filho, capitão-médico do Exército Ernildes de Carvalho, fazendeiro em Gararu, município que, como o anterior, faz parte do Estado de Sergipe. A complementação de seu plano, fruto da experiência de quem se revelara ainda muito notável conhecedor das vicissitudes do ofício, consistiria na formação de imagem simpática aos residentes da zona. Como não pudesse alardear, com tanto sucesso quanto em Pernambuco, o seu velho escudo ético das vinganças que pretendia empreender — não tinha inimigos na Bahia — passa a adotar uma variante que se mostraria também eficaz, segundo se constata neste trecho das memórias de Optato Gueiros, publicadas em livro já citado: "Conquistou Virgulino quase todos os habitantes das caatingas, tratando-os com extrema bondade e esbanjando prodigamente o dinheiro de que se apossara. Um ano inteiro, não se teve nenhuma notícia de qualquer depredação levada a efeito pelos cangaceiros naquele Estado" (48, p. 102).

Os frutos da atividade diplomática de Lampião podem ser resumidos nestes três trunfos conseguidos: simpatia dos sertanejos baianos e sergipanos; adesão de novos cangaceiros, a ponto de lhe permitir a formação de um grupo de sessenta e cinco integrantes; organização de eficiente rede de coiteiros. Era o bastante. Ao menos em parte, seu poder estava restaurado.

Dias após um primeiro e breve encontro com forças baianas — tropa do tenente Abdias de Andrade — o grupo é surpreendido, próximo à fazenda Massacará, pelo troço do sargento José Joaquim de Miranda, o "Bigode de Ouro", ferindo-se aquele que seria o primeiro entrevero cruento de Lampião em terras baianas. Ao final, a tropa se achava em completo dismantelo. Vários mortos, inclusive o próprio "Bigode de Ouro". De parte dos bandidos o combate teve pouco interesse, salvo como teste de fogo real para os novatos, que foram, aliás, galhardamente aprovados. O bigode dourado dissipava qualquer dúvida.

Foi com base em acordo interestadual celebrado no Recife, ainda ao fim de 1926 que, em meados de 1929, tropas pernambucanas passaram a perseguir Lampião em território da Bahia e Sergipe, tal como já acontecera em relação aos territórios da Paraíba e de Alagoas. Este acordo, promovido pelo Governador Estácio Coimbra, tinha como finalidade principal evitar que problemas de natureza político-jurídica se erigissem em obstáculo à ação repressiva das forças esta-

duais. A coordenação deveria ser conjunta e geral, ficando para tais efeitos afastados problemas como o da autonomia estadual que, no passado, tanto estímulo dera ao cangaço (49). É de rigor registrar, entretanto, que a providência não teve, ao contrário de tantas outras desse governo, caráter pioneiro. Já em dezembro de 1912, ao tempo do governo Dantas Barreto, o Recife servia de palco a encontro semelhante, promovido na esteira das terríveis repercussões da ação de Antônio Silvino — ação que, guardadas as proporções, se assemelhava, em tudo e por tudo, à de Lampião. Para este primeiro encontro a Bahia não enviara representante — não se debatia, à época, com o problema do cangaço — restringindo-se o seu âmbito aos Estados do Rio Grande do Norte — representado por Henrique Castriciano; Ceará — José Getúlio da Frota Pessoa; Paraíba — J. Rodrigues de Carvalho; e Pernambuco — Estevam de Lacerda. Em 1935, Carlos de Lima Cavalcanti promoveria, mais uma vez no Recife, o derradeiro desses grandes acordos.

Lampião não demorou a notar que a efetiva aplicação do que fora previsto no encontro de 1926, fatalmente traria efeitos desastrosos à sua atuação. Se viessem a se concentrar, em parte do território baiano, forças pernambucanas, alagoanas, baianas, sergipanas e — era lícito supor — cearenses, paraibanas e norte-riograndenses, a extinção do banditismo seria questão de dias. Como estes três últimos Estados não dessem sinal de adesão concreta, o bandido sentiu-se mais tranquilo. Mas a ameaça ainda assim não merecia desprezo. Aos primeiros choques com tropas alagoanas e pernambucanas em território baiano, sem necessitar nem mesmo de manter encontro com o seu estado-maior, Lampião determina a aplicação de uma nova estratégia, tão simples quanto terrivelmente eficaz. Consistia esta na divisão do seu bando em grupelhos de quatro e seis cangaceiros, com a missão de seguirem para os vários Estados, a fim de manter ocupadas as milícias locais com a defesa de seus respectivos territórios. Ora, a disponibilidade de que goza uma tropa para ir combater em Estado vizinho está posta na medida direta da existência de completa paz e segurança em toda a área daquele que, basicamente, lhe cabe policiar. Este o pressuposto que se punha na base da aplicabilidade dos tais acordos. Miná-lo significava reduzir os acordos a pouco mais do que alegres encontros de confraternização. E isto a sagacidade do caboclo de Vila Bela conseguiu, de forma quase completa.

No desdobramento do plano, Lampião se instala no Estado de Sergipe sob a proteção do seu coiteiro Eronildes de Carvalho, capitão-médico do Exército que, meses após, viria a ser Interventor Federal designado pelo comando revolucionário de 1930, despachando para Pernambuco e Alagoas os grupos chefiados por Moreno, Português, Moita Braba e Corisco. Para Sergipe e Bahia, seguem os grupos de José Baiano, Mariano e Labareda, para citarmos apenas estes.

Lampião periodicamente reunia os grupos para fazer recomendações, dispersando-os, em seguida. De Sergipe, partia para "razzias" em todos os Estados em que agiam os seus delegados, mantendo assim os sertões em permanente insegurança. Em fins de 1929, em marcha vertiginosa, penetra nas cidades sergipanas de Dores, Aquidabã e Capela, exigindo altas somas como condição para a sua permanência pacífica. Por outro lado, o movimento revolucionário de 1930, acarretando a completa desorganização da campanha contra o banditismo, lhe dá a oportunidade de praticar novas tropelias de vulto. Foi em consequência dessa desarticulação que logrou empreender uma série de ataques a localidades pernambucanas próximas à fronteira com o Estado de Alagoas, além de saquear fazendas e sequestrar ricos proprietários, o que lhe rendia sempre gordas importâncias pagas a título de resgate.

Com a vitória da revolução, a campanha de repressão ao banditismo adquire novo sentido. Na Bahia assume o comando o tenente João Costa, determinando, além da velha providência da contratação de civis da região, para comporem as famigeradas colunas de provisórios — às quais Lampião devotava ódio mortal — a instalação de estações de rádio em cidades e vilas espalhadas pela caatinga. Chorrochó, Uauá, Canudos, Várzea da Ema, Santo Antônio da Glória, Serra Negra, Jeremoabo, Santa Brígida, Brejo do Burgo e Paripiranga são as localidades beneficiadas. Comenta Ranulfo Prata que Lampião, ao tomar conhecimento da sofisticada inovação, teria lançado esta promessa: "No dia qui eu pegá um "trem" deste, o macaco qui tivé cum ele tem qui engoli todo" (50, p. 193); passando a alardear que também possuía um desses "raidios". O bandido que, no passado, já recomendara aos sertanejos que não recolhessem impostos, vê-se, agora, às voltas com mais esse agente do progresso. Um terceiro, entretanto, lhe daria maiores preocupações: as estradas. Cada vez mais os macacos andavam de caminhão, de carro e até mesmo de ônibus. Este último, de uma imagem inicial de estarecida admiração, passou a ser visto com profundas reservas, tão logo os bandidos tomaram conhecimento de que andava transportando macacos. O cangaceiro Ângelo Roque, em trecho do depoimento prestado ao professor Estácio de Lima e publicado em livro já citado, dá conta do pitoresco encontro dos cangaceiros com o ônibus:

"Nois fiquemo admirado dus rasto enorme du on'bu. U on'bu era u carro qui trazia us povo di Vila Nova pra Santa Rosa i vortava. As muié, as moça, muita gente, pru fim, nus dissero qui andava uns macacos di Antonho Caju, na persiga".

Sobre a profunda preocupação de Lampião com as estradas, este trecho da mesma fonte:

"Lampião iscutava falá di tudo, cum dispusão. Mas porém di rodage, quem quizesse vê ele danado, qui falasse" (51, p. 190, 207).

O resultado das notícias que Lampião recebia sobre construção de estradas era sempre o massacre dos trabalhadores, como sucedeu, por exemplo, no sítio Carro Quebrado, entre Chorrochó e Barro Vermelho, onde surpreendeu toda uma turma de cassacos, prendendo e sangrando nove deles. Tudo inútil. Sempre mais e mais o progresso iria empurrar o bandido para fora do sertão.

Trinta anos antes Antônio Silvino se defrontara com problema semelhante, empenhando-se em furiosa campanha de resistência contra o avanço dos trilhos da *Great Western Railway* no sertão pernambucano. Em trecho do *Heróis e Bandidos* narra Gustavo Barrozo que, durante todo o ano de 1906, “perseguiu turmas e engenheiros, impediu trabalhos, cortou fios telegráficos, pôs gente a resgate, obstruiu as linhas já construídas, fazendo parar trens e cobrando direitos de passagem aos aterrorizados passageiros”. Por fim, percebendo a inutilidade de seus esforços, serviu-se do Sr. Francisco de Sá, empreiteiro da empresa, para mandar dizer aos apavorados ingleses que permitiria o avanço dos trabalhos, desde que lhe fosse paga, a título de indenização, a quantia absurda de trinta contos de réis!

Na fase final de suas tropelias, entre os anos de 1936 e 1938 — quando veio a ser morto — Lampião se mostrava bem mudado. Trocara o seu jornadear de penitente pelo conforto sedentário do seu bem aparelhado coito da grota de Angicos, Sergipe, onde a sua agressividade se diluía nos braços de Maria Déa — a “Bonita”, no dizer dos macacos — a quem amou profundamente, dedicando-lhe sempre as mais calorosas palavras de elogio. Beirando os quarenta anos, adquirira requintes de burguês bem sucedido. Afinal, os livros e folhetos de histórias medievais que tanto lhe haviam encantado a adolescência de sertanejo de algumas posses, ao lado de temerárias façanhas guerreiras, referiam também o luxo de reis e cortesãos. Chegara a hora de aproveitar-lhes inteiramente as lições. Os itens das compras que encomendava nesta fase — segundo depoimento que nos prestou o seu velho amigo e coiteiro Antônio Paranhos, residente na cidade de Itaíba, Pernambuco — mostravam que se achava bem distante o período em que proibia, terminantemente, o uso do álcool em seu bando. Cachaça, “Zinebra Gato” e quinado, para os cabras. “Old Tom Gin”, para os do estado-maior. Para ele, conhaque “Macieira” ou uísque. E uísque bom: “Cavalo Branco”. A cerveja atendia democraticamente ao gosto de todos. Por essa época, queixava-se frequentemente de dores reumáticas e de que o olho esquerdo — o que lhe restava — já não correspondia às necessidades. A sua atividade de cangaceiro, nos dois últimos anos de vida, se restringia a extorquir dinheiro de fazendeiros menores. Em abril de 1938, empreende um ataque. Ataque de um tipo diferente, quase sentimental. Atravessando o São Francisco com alguns cabras, emparelha a sua barca àquela que conduzia a “jazz-band” da cidade de Pão de Açúcar, que ia animar danças em Traipu. Sua exigência:

tocassem o "Tango da Vida", então em grande evidência. Prontamente atendido, gratifica o saxofonista Walter, responsável pelo solo, e desembarca satisfeito, em um ponto mais abaixo. Tudo isto nos foi revelado por testemunha idônea, "coronel" Francisco Rodrigues, atual chefe político da cidade de Piranhas, Alagoas.

Paradoxalmente, repelia ofertas de amigos poderosos para que deixasse de vez o cangaço, repetindo as mesmas evasivas de que fizera uso, ainda em 1926, ao defender-se das invectivas duríssimas do Padre Cícero. O exemplo dos que haviam abandonado o cangaço — e foram inúmeros — não o seduzia. Quase todos precisavam deixar também os sertões do Nordeste. Os mais famosos, pelo menos. Nascido e criado na região, não via jeito de emigrar, de se afastar, de vez, do seu país de sol e caatinga.

Ao clarear do dia 28 de julho de 1938, atacado em três frentes por forças do Estado de Alagoas, cai, juntamente com Maria Déa e mais nove cabras. Os soldados exultam, esquecidos de que os seus tiros tinham atingido menos o tigre dos sertões de Pernambuco, do que o burguês retirado dos negócios, enfasiado, conciliador, quase pacífico em relação ao que fora no passado. Corisco lhe faz as honras de vingador, e quer prosseguir no cangaço. Não há mais clima. Desde os últimos quatro anos, pelo menos, o cangaço deixara de ser fenômeno de causas sociais concretas e atuantes, para converter-se no produto da vontade férrea de um obstinado. E este desaparecera naquela manhã.

Dissemos no início desta parte que o cangaço de rapina, como modalidade criminal, apresenta parentesco com manifestações surgidas em várias partes do mundo. Com efeito, respeitadas os aspectos circunstanciais ligados às peculiaridades de cada região ou país, certas ocorrências como o banditismo das zonas áridas do México e da Espanha — cujo conhecimento nos foi possibilitado pelo eminente professor D. Alberto Navarro González, da Universidade de Salamanca — se enquadraram, essencialmente, no conceito do nosso cangaço de rapina. No mesmo sentido vale ainda referir as formas criminais desenvolvidas por Parrela, célebre bandido napolitano; por Romanetti, na Córsega; pelos quadrilheiros que atuaram na região da fronteira sul dos Estados Unidos — região do Rio Grande — durante e logo após a Guerra da Secessão; e por José do Telhado, em Portugal, todas tendo por palco regiões pobres e de solo pouco fértil, mais ou menos assemelhadas ao nosso sertão.

Sobre a pobreza das regiões tradicionalmente assoladas pelo banditismo, este trecho do livro *Heróis e Bandidos*, de Gustavo Barrozo:

"A Calábria, a Córsega, a Serra Morena, os desertos da Síria e da Mauritània, todos esses coutos de salteadores, nunca foram gabados por sua abundância" (52, p. 21).

Também em regiões férteis o banditismo teve lugar. Nestas, entretanto, as ocorrências criminais, via de regra, representam casos isolados ou fugazes. Assim os exemplos de Lucas da Feira, na zona litorânea da Bahia; Silvino Jaques, em Mato Grosso; Fabrício Ventura, na chamada região do Contestado; e João Ignácio, no Rio Grande do Sul. Mesmo em Pernambuco, na zona da mata e na faixa litorânea, houve casos de banditismo de rapina, como os de André Tripa e Cabeleira — citados por Peçeira da Costa (53) — e os de Antonio Bernardo e Luís David — citados fartamente na correspondência dos presidentes das províncias de Pernambuco e Paraíba, entre os anos de 1832 e 1836.

Não se mostra temerária a conclusão de que o cangaço de rapina, como modalidade criminal e na essência do seu conceito, antes de ser nordestino e brasileiro, é universal, não podendo, portanto, ser caracterizado como fenômeno exclusivo dos nossos sertões, muito embora, nestes tenha ele encontrado o apoio de condições extremamente favoráveis, capazes de desenvolvê-lo a nível de verdadeira praga.

O caráter endêmico que veio a adquirir entre nós, encontra-se intimamente ligado às condições mesológicas e aos processos que presidiram a formação da sociedade sertaneja, condicionando o aparecimento de um tipo de homem bem diferente do seu vizinho das regiões brejadas do sul. No homem da zona da mata, a atividade econômica centrada nos banguês e, posteriormente, nas usinas, inoculou o sentido do trabalho coletivo, a consciência do contributo parcial de cada um, para que, do esforço pluralista e coordenado, surgissem os frutos do trabalho. A regularidade dos fatores físicos atuantes sobre o meio permitiu, por outro lado, a formação, mansa e progressiva, de uma estrutura econômica mais ou menos estável. No sertão, diferentemente, tudo se fez na insegurança. Dois anos de seca se mostravam suficientes para destruir o trabalho de dez, comprometendo a indispensável progressividade da economia, desestimulando cometimentos de vulto, gerando a inconstância de uma vida sem raízes, indefesa, diante da irregularidade dos elementos. A ausência de empreendimentos de porte, já pela própria pobreza do meio físico, já pela periodicidade irregular e imprevisível das secas, determinou a formação de uma economia especial, em que a agricultura se limitava às necessidades de sobrevivência e a pecuária, estimulada pelos anos de chuva, recebia a incumbência de formar o magro patrimônio do sertanejo. Nessa economia, a célula produtiva — a fazenda — não comportava o trabalho massificado, cumprindo a cada um o desenvolvimento de tarefas marcadamente individualistas, autônomas mesmo, quanto aos modos de execução. A disparidade do atuar de cada um, dentro do processo normativo do trabalho, condicionou psicologicamente o sertanejo, tornando-o individualista, autônomo, senhor de sua própria vontade e, sobretudo, improvisador. Não conhecia feitores que lhe orientassem os serviços, nem fiscais que lhe exigissem o cumprimento estrito de tarefas; não conhecia cercas que lhe

barrassem o caminhar solto e espontâneo; não sofria o disciplinamento da proximidade de patrões rigorosos e muito menos a ação coercitiva do poder público. O aventureirismo e o arrojo pessoal facilmente afloravam num homem com estas características. Afinal, a vida no sertão, diante das secas e dificuldades do meio, era toda ela uma aventura.

Em contraste com esse quadro inicial da penetração dos sertões, o progresso colonizador, vai, a pouco e pouco, levantando as suas linhas estruturais. Surgem as cercas delimitando as propriedades. O fazendeiro já não é mais o patrão distante. Está próximo, reside na fazenda. O regime da quatriação, em alguns casos, cede lugar ao do trabalho assalariado. Mas pouca coisa muda: os espaços ainda são imensos, a defesa da fazenda não admite distâncias entre o proprietário e seus moradores ou auxiliares, a característica das tarefas pecuárias continua a não permitir o trabalho massificado, muito embora, na agricultura, isto já ocorra. A progressiva estruturação da sociedade sertaneja desfere assim golpes lentos e sucessivos na liberdade quase selvagem dos primeiros momentos da colonização, fazendo com que o espírito do sertanejo, plasmado nestes primeiros tempos, passe a experimentar cercamentos até então ignorados. Agudíssimo este trecho de Limeira Tejo, em seu livro "Brejos e Carrascais do Nordeste":

"Na terra seca, o homem é castigado pela inclemência climatérica, mas tem a compensação da liberdade individual imensa, formando-se uma humanidade altiva, de uma independência quase selvagem, indisciplinada, sem submissões ao trabalho, sem vida sistematizada.

Cada homem é dono de suas ventas e, acostumado aos horizontes largos, para ele o mundo é grande e Deus é maior. E Deus é a aventura. É a possibilidade de fazer de suas apragatas verdadeiras botas de sete léguas, que poderão ser utilizadas deserto a dentro para os lados em que o sol se põe, sem nunca chegar à serra por detrás da qual ele se deita. Nessa direção, o sertanejo pode vagabundar num verdadeiro caminho para o infinito, fugindo da coersão que lhe venha da polícia ou do trabalho organizado" (54, p. 155).

O equilíbrio sempre precário de uma sociedade que vai aos poucos antagonizando características que ela própria consagrou no limiar de sua formação, sustenta-se na lentidão do processo evolutivo, feito em ritmo capaz de permitir o surgimento de assimilações igualmente lentas. Mas o precário equilíbrio do sistema não suporta golpes. Não sem que essas assimilações se ofusquem, dando lugar a que afluam no sertanejo os sentimentos indisciplinados dos primeiros tempos. As secas e agitações políticas, golpeando o sistema, concorriam para a liberação de energias já contidas, operando a regressão a estágios ultrapassados. Não é de estranhar, portanto, que a ocorrência de tais fenômenos ati-

vasse o cangaceirismo de rapina, a nível de verdadeiros surtos. Surtos tão reiterados, quanto foram reiteradas as secas e agitações políticas que atingiram a sociedade sertaneja, ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do atual. Gustavo Barrozo sentiu este íntimo relacionamento, fazendo o seguinte comentário, em passagem do seu *Heróis e Bandidos*:

“Ribeiras houve regadas longos anos seguidos por invernos fecundos e abastecidas por colheitas abundantes. Durante o período de fartura, não surgia um bandido. Os enxotados das vizinhanças não poisavam, porque lhes davam caça. Vieram secas. Os seareiros fugiram para os povoados, emigraram para a Amazônia, ou de agricultores, se tornaram míseros cabreiros. O cangaceiro veio de fora e domiciliou-se ou irrompeu da própria gente arruinada” (55, p. 22).

Na vida incerta das regiões sertanejas — sobre que já se disse ser toda ela uma aventura — em tais ocasiões, o cangaço de rapina era apenas uma aventura a mais. Aventura do ganho fácil, da celebridade, da fama, do viver selvagem e livre que fora o apanágio dos velhos tempos. A perspectiva do ganho material e da celebridade agindo como motivação próxima, atual. Tocaiada no fundo da alma do sertanejo, a aspiração de um viver livre de maiores disciplinas, sempre atuando como fator psicológico inconsciente, remoto, socialmente crônico. Sob este aspecto se pode dizer que o cangaceiro foi o mais conservador e nostálgico dos sertanejos.

Na espontaneidade das palavras do cangaceiro Lua Branca, dirigidas a Rodrigues de Carvalho, que lhe pedira impressões sobre a “vida”, cremos esteja contida a realidade consciente do cangaço de rapina:

“Seu Zuza, é ispiciá! Na gandaia a gente tem de tudo, num farta nada! Tem dinheiro nu borso, rôpa boa e muita coisa mais que nunca se pensô vê nem in sonho...” (56, p. 226).

A nível inconsciente, referimos a existência no sertanejo de aspiração difusa e nostálgica. Esta se revela objetivamente através da propensão a formas de vida em que os disciplinamentos estejam o mais possível amortecidos. Se podemos surpreender momentos de desprezo pela disciplina em homens cuja existência foi precedida por gerações e gerações mergulhadas ao longo de séculos no regime disciplinar das sociedades organizadas, não podemos negar que tal suceda com o sertanejo, e em dose, obviamente, muito mais acentuada. No sertanejo que se fez cangaceiro é lícito supor que essa aspiração inconsciente experimentasse dosagem ainda mais forte, a ponto de permitir inferências apressadas que a confundem com anseios reformistas ou mesmo revolucionários, seja, embora, admitida a sua natureza primitiva. Seria fácilimo repetir autores estrangeiros que, como E. J. Hobsbawm, (57, p. 25) vêem no banditismo “uma forma primitiva de protesto so-

cial organizado...". Pessoalmente não vemos interesse em tais conclusões. Em nossos estudos sobre o cangaço de rapina quanto mais procuramos enxergar em seus representantes o sentido geral do protesto e, correspondentemente, a sua outra face, a da reforma, mais nos defrontamos com um sentido individualista de ascensão social, ascensão que, dentro do quadro todo próprio da sociedade sertaneja, tinha sem dúvida no cangaço de rapina uma de suas vias, pouco importando a ausência da chancela oficial do poder público. De resto, os que conhecem o sertão sabem ser verdadeiras as palavras de Limeira Tejo — contidas em livro já citado — quando, ao assinalar o "feroz individualismo" do sertanejo, sustenta que este "não compreende o que seja uma necessidade coletiva", sendo, portanto, "incapaz de agir em função de uma aspiração geral" (58, p. 161-2). Já tivemos oportunidade de lembrar que os valores constitutivos da moral sertaneja divergem daqueles que se encontram na base do ordenamento jurídico a que o poder público se acha adstrito. Se o cangaceirismo era bem aceito pela sociedade sertaneja — que o protegia e amparava, quer a nível de "coronel", quer a nível de humilíssimo vaqueiro — pouca importância vemos em caracterizá-lo como forma de protesto ou rebeldia contra o poder público, até porque, sob este aspecto, teríamos que considerar latentemente rebelde toda a sociedade sertaneja. Ao revés, cuidamos ser muito mais importante tentar ver o cangaço com os olhos de sertanejo, porque a sua existência se deu no sertão, sendo este o seu contexto inseparável. Fique bem claro, portanto, que ao evidenciarmos as características psicológicas do homem do sertão — base humana de que se constituiu o cangaceirismo — não o fizemos com o fito de identificar possíveis anseios contestatórios, em face de valores estranhos ao sertão.

No cangaço de rapina, a união de objetivos conscientes (ganhos materiais, celebridade, importância), anseios inconscientes (viver, o mais possível, longe de disciplinamentos) e predisposição psicológica, fundindo-se num desejo de ascensão e poder, permite que se especule sobre um possível ideal do cangaceiro. Este, na limitada visão do sertanejo, não poderia corporificar-se numa figura estranha a ele e ao seu mundo, tendo que estar situada, ademais, no ápice da sociedade sertaneja, sociedade por ele bem aceita em suas características tradicionais. A figura do "coronel" talvez seja a que encarne este ideal com maior fidelidade e aproximação. Menino, adolescente, homem feito, tomara a bênção ao "coronel". Por que não viria a ombrear-se a ele, fosse embora por forma situada à margem da lei?

No sertão, ninguém mais do que o "coronel" viveu livre de disciplinamentos, desfrutando dos mais altos valores sociais e econômicos que aquela sociedade podia proporcionar. Durante largo período da história do Nordeste o seu poder se exerceu de maneira incontrastável, salvo frente às hordas cangaceiras de maior expressão. Mas estas, ressalvados alguns casos de ocorrência episódica, não se serviram desse

poder para atuar contra os "coronéis", contentando-se em utilizá-lo como trunfo para a obtenção de vantagens na celebração de grandes alianças, dentro da tradicional simbiose do coronelismo com o cangaço. Num certo sentido pode-se dizer que foram poderes equivalentes, que se respeitaram dentro de um regime de mútua dependência e colaboração.

Pertence ao Padre José Kehrle, antigo vigário sertanejo que conheceu Lampião no ano de 1921, tendo sido seu amigo e confessor durante quase toda a sua vida, este passo do insuspeitíssimo depoimento que prestou à revista *Manchete*, edição de 29 de abril de 1972:

"Lampião sempre foi protegido por chefes políticos e grandes donos de terras. Deles, em troca de determinados "serviços", Lampião recebia armas e mantimentos".

Há alguma coisa de sintomático na devoção exagerada de Lampião pela sua patente de oficial honorário — devoção que o fez manter sempre em bom estado as platinas correspondentes, conservando-as cuidadosamente até a hora da morte, treze anos depois de recebê-las — como há também, decerto, no apego de Silvino pela farda de tenente-coronel que usou durante toda a sua vida. O sucesso na "profissão" fez que um e outro se convertessem em verdadeiros "coronéis" sem terra, vivendo à margem de disciplinas e de patrões.

### Referências bibliográficas

- 1 — CAMPOS, Maximiano. *Sem lei nem rei*. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1969.
- 2 — MACEDO, Nertan. *Floro Bartolomeu*. Rio de Janeiro, Ag. Imagem, 1970.
- 3 — NONATO, Raimundo. *Lampião em Mossoró*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1965.
- 4 — GUEIROS, Optato. *Lampião*. Recife, s.ed., 1952.
- 5 — BARROZO, Gustavo. *Heróis e bandidos*. Rio de Janeiro, Liv. Alves, 1917.
- 6 — ————. *Almas de lama e de aço: Lampião e outros cangaceiros*. São Paulo, Melhoramentos, 1930.
- 7 — PINHEIRO, Irineu. *O Joazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1938.

- 8 — MACEDO, Nertan. *Capitão Virgulino Ferreira Lampião*. Rio de Janeiro, Leitura, s.d.
- 9 — GUEIROS, op. cit. nota 4.
- 10 — ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de. *Um sertanejo e o sertão*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1957.
- 11 — FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
- 12 — MACHADO, Maria Christina Russi da Matta. Aspecto do fenômeno do cangaço no Nordeste brasileiro. *Revista de História*, São Paulo, 46(93):139-73, jan./mar. 1973; 47(95):177-212, jul./set. 1973.
- 13 — RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- 14 — PRATA, Ranulfo. *Lampião*. São Paulo, Ed. Piratininga, s.d.
- 15 — SOUTO MAIOR, Mário. *Antônio Silvino, Capitão de Trabuço*. Rio de Janeiro, Arquimedes, 1971.

A tal ponto esse delírio enraizou-se em sua mente que, no ano de 1939, tempos após ter sido libertado por indulto do Presidente Getúlio Vargas, entendeu de escrever ao Ministro José Américo de Almeida solicitando-lhe auxílio. Não foi bem recebido. Silvino ignorava a profunda mágoa do Ministro por conta de uma morte que fizera ao tempo em que estava no cangaço. É que, por volta do ano de 1901, em combate verificado na Serra do Surrão, o bandido fuzilara o tenente Paulino Pinto, de quem José Américo fora amigo, ainda ao tempo de sua meninice.

- 16 — Este fato consta de depoimento prestado ao autor pelo Senhor Audálio Tenório, fazendeiro no município pernambucano de Águas Belas e ex-deputado estadual.
- 17 — LIMA, Estácio de. *O mundo estranho dos cangaceiros*. Salvador, Ed. Itapoã, 1965.
- 18 — Jornal da Semana, Recife, 24 jun. e 07 out. 1973.
- 19 — Apud NONATO, op. cit. nota 3.

20 — CASSIMIRO HONÓRIO, natural da zona do riacho do Navio, Pernambuco, foi valentão afamado, não só na ribeira citada, como em todo o vale do Pajeú e mesmo no Moxotó, durante a última década do século passado e nas duas iniciais do atual. De família de homens valentes, era sobrinho do célebre "condottiere" Angelo Umbuzeiro, e tio do não menos valente José Saturnino de Barros, conhecido como Saturnino das Pedreiras, já referido neste trabalho. Sustentou questões pesadas com inimigos não raro mais fortes, valendo destacar dentre estes o "coronel" Antônio Serafim de Souza Ferraz, o jovem José de Souza (unicamente porque lhe roubara uma filha!), e o próprio Antônio Silvino. Não era propriamente um cangaceiro. Seu nome, ao lado do de um Joaquim Manuel Frazão, de um Adolfo Velho Rosas da Meia Noite, de Cipriano de Queiroz ou de um Simplício Pereira, se inscreve na crônica da melhor tradição dos valentões românticos, homens que enganchavam a granadeira e, viajando léguas e mais léguas, iam desafrontar um amigo, parente ou mesmo estranho, que tivesse sofrido algum constrangimento ou humilhação.

Essa classe especial de homens teve em Henry Koster um atento observador, valendo que se faça aqui a transcrição do que se contém na página 326 do seu *Viagens ao Nordeste do Brasil*, Cia. Editora Nacional, 1942: "Esses valentões eram homens de todos os níveis, cujo serviço consistia em procurar oportunidade para lutar. Frequentavam as festas e feiras, e seu desejo era tornar-se tão célebre pela coragem que bastasse saber da sua presença para amedrontar as pessoas que intentassem promover brigas. Consideravam-se com o privilégio de vingar as injúrias próprias e dos amigos, não permitindo que houvesse barulho em que eles não fossem interessados".

21 — BASÍLIO QUIDUTE DE SOUZA FERRAZ, natural de Flores, Pernambuco, foi à feição de Cassimiro Honório, valentão afamado nas ribeiras do Pajeú e do Navio, ao longo do século passado. Durante o período mais agudo de suas lutas, adotou o curioso nome de Basílio Arquiduque Bispo de Lorena. Sua valentia mereceu este registro eloquente de poeta anônimo:

"O cabra prá ser valente  
Pegar onça, comer cru,  
Prove as águas do Navio,  
Moxotó ou Pajeú;  
A prova é Anjo Umbuzeiro,  
Quidute, mais o Quinzeiro,  
e os Cruz de Tacaratu".

22 — LUÍS MANSIDÃO, natural de Geritacó, localidade da região do Moxotó, Pernambuco, foi cangaceiro célebre nesta ribeira durante os três últimos lustros do século passado. Descendia de escravos da fa-

mília Siqueira, tendo sido, ao lado de Antônio Silvino, um dos componentes do grupo formado por Silvino Ayres Cavalcanti de Albuquerque para dar combate aos Dantas, do Teixeira, na Paraíba.

Findo o assalto ao Teixeira, Silvino Ayres volta ao Moxotó e dissolve o grupo, ocasião em que Mansidão reconvoça os dispersos, compõe novamente o bando, que passa a atuar sob sua chefia. Após a sua morte — o que se deu em tocaia bem sucedida — Manuel Batista de Moraes, já com o famoso nome de guerra de Antônio Silvino, assume o comando para só entregar o bastão em 1914, ano em que veio a ser baleado e preso, em localidade do agreste pernambucano.

23 — VIRGULINO FERREIRA DA SILVA (1898-1938), natural de Vila Bela, Pernambuco, foi o mais poderoso e bem sucedido dos bandoleiros do Nordeste. Durante as duas décadas que compõem o seu período de correrias, chegou a exercer concreto domínio sobre áreas dos sertões de sete Estados do Nordeste brasileiro, tendo o seu grupo em ocasiões de maior sucesso, ido além das duas centenas de componentes.

24 — MANUEL BATISTA DE MORAIS (1875-1944), natural de Afogados da Ingazeira, Pernambuco, figura logo após Lampião na lista dos grandes representantes da criminalidade rural nordestina. Seu grupo, embora numericamente reduzido, teve atuação em quatro Estados do Nordeste, ao longo de quase duas décadas.

25 — JESUÍNO ALVES DE MELO CALADO (1844-1879), natural da zona do Patu, Rio Grande do Norte, passou toda a sua curta vida envolvido em vinganças contra inimigos fortes e politicamente protegidos. Os seus biógrafos são unânimes em reconhecer-lhe o caráter reto e justiceiro. É célebre a recomendação que fazia aos cabras que se alistassem em seu grupo: "Quem entra para este grupo não toca no alheio e aprende a respeitar a casa das famílias honestas".

26 — SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA (1896- ), natural de Vila Bela, Pernambuco, fez-se cangaceiro no auge de uma velha questão de família que os seus mantinham contra a não menos aguerrida família Carvalho, do mesmo município. Em 1922, já tendo conseguido eliminar alguns dos principais membros da família adversária, abandonou espontaneamente o cangaço, refugiando-se, juntamente com um primo e também cangaceiro, Luís Pereira Jacobina, e com outros cabras de confiança, no Estado de Minas Gerais, onde vive até hoje. Não há divergências nos registros existentes sobre a sua atuação guerreira no que tange à inexcédível coragem pessoal e ao sentido justiceiro de sua conduta.

27 — ANGELO ROQUE DA COSTA, natural de Tacaratu, Pernambuco, fez-se cangaceiro no ano de 1928 para livrar-se da vingança de inimigos

poderosos, um dos quais tinha sido por ele abatido, em virtude de lhe haver desvirginado uma irmã. Após os primeiros anos de luta, período em que agiu por seus próprios meios, aderiu ao grupo de Lampião, chegando a destacar-se como chefe de subgrupo. Sua atuação teve por palco principal o sertão da Bahia e a zona de fronteira entre esse Estado e o de Pernambuco. Com a morte de Lampião, entregou-se às autoridades e após o cumprimento da pena que lhe foi destinada, regenerou-se, sendo, no presente, exemplar chefe de família.

28 — FLORO GOMES NOVAIS (1931-1970), natural de Olivença, Alagoas, fez-se bandido no ano de 1951 para vingar a morte de seu pai, ato culminante de uma série de divergências entre a sua família e o clã dos Vieira, representado especialmente pelo chefe municipal Enéas Vieira. No período mais agitado de sua vida de crimes chegou a contar com cinco cabras no grupo, dentre os quais se destacava o famoso Valderedo Ferreira, exímio atirador e homem de coragem comprovada. Ainda que desde quatro anos antes de sua morte — o que se deu por emboscada, no ano de 1970, em Pernambuco — tenha Floro dissolvido o grupo, passando a agir sozinho e numa linha que já não se mostrava adstrita aos respeitáveis ideais de vingança, só após o seu desaparecimento é que foi possível obter-se a quase extinção dos focos de banditismo que durante vários anos trouxeram em desassossego a zona sertaneja da fronteira entre os Estados de Pernambuco e Alagoas.

Com a morte de Floro, Valderedo retraiu-se, não se tendo notícia de façanhas recentes que tenha praticado. É certo, entretanto, que continua nos sertões.

29 — JOSÉ LEITE DE SANTANA (1901-1927), natural de Buíque, Pernambuco, teve vida sempre cheia de aventuras, mesmo antes de se tornar cangaço. Assim é que, no ano de 1921, alistou-se em Alagoas, tendo sido, em seguida, incorporado ao Terceiro Regimento de Infantaria, com sede no Rio de Janeiro. Dando baixa, conseguiu ser admitido no Primeiro Regimento de Cavalaria Divisionária, vindo então a tomar parte na revolta de 1924, em São Paulo, ao lado da Coluna Potiguara, que lutava pela legalidade. No Rio Grande do Sul, ponto terminal da perseguição que a sua tropa moveu contra os rebeldes, veio a dar baixa definitivamente, retornando ao sertão de Pernambuco, onde, em fins de 1926, estreava na vida do cangaço, ao lado de alguns cabras sob sua chefia. Levado por razões de conveniência aliou-se, juntamente com seu grupo, e por várias vezes, ao bando de Lampião. E foi assim que encontrou a morte no ano de 1927, quando do grande ataque empreendido por Lampião à cidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, episódio comentado neste trabalho.

30 — JOFFILY, Irineu. *Notas sobre a Paraíba*. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1892.

- 31 — FIGUEIREDO FILHO, J. de. *História do Cariri*. Crato, Faculdade de Filosofia do Crato, 1966. v. 3.
- 32 — TEÓFILO, Rodolfo. *História da seca no Ceará (1877/80)*. Rio de Janeiro, s.ed., 1922.
- 33 — Apud FACÓ, op. cit. nota 11.
- 34 — Embora tenhamos referido esta seca pela forma com que comumente vem indicada por cronistas, isto é, seca de 1777/78, tal como se vê em *Os Sertões*, por exemplo, julgamos conveniente esclarecer não ter sido fenômeno de duração breve, restrito a exíguos doze meses, como poderá parecer. Registros feitos por Fernandes Gama, nas suas *Memórias Históricas da Província de Pernambuco* autorizam a conclusão de que, bem antes da data inicial da referência, os seus efeitos se faziam devastadores. Recentemente, ao verificarmos a correspondência do Governador José César de Menezes, relativa ao período que vai de 23 de setembro de 1774 a 16 de setembro de 1776, através de cópias diretamente colhidas dos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo historiador José Antônio Gonsalves de Mello, encontramos carta daquele Governador dirigida ao Marquez do Pombal, datada de 04 de abril de 1775, em que se lê o seguinte: "Dou conta a V. Exa. de que nesta Capitania se começa a experimentar seca, e com maior excesso no sertão, onde já por efeito dela, tem morrido muitos gados...".
- 35 — PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. Folk-lore pernambucano. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 70(2), jul./dez. 1907.
- 36 — PINHEIRO, op. cit. nota 7.
- 37 — Depoimento prestado ao autor pelo comerciante e ex-deputado Gérson de Albuquerque Maranhão.
- 38 — Apud BARROZO, op. cit. nota 6.
- 39 — GUEIROS, op. cit. nota 4.
- 40 — RODRIGUES DE CARVALHO. *Serrote preto*. Rio de Janeiro, Sociedade Editora e Gráfica, 1961.
- 41 — Idem.
- 42 — *Jornal do Recife*, 22 nov. 1927.
- 43 — A propósito, este comentário de Luís do Nascimento, constante do livro de Souza Barros, "Década 20 em Pernambuco", Rio de Janeiro, 1972, pág. 178: "A imprensa política teve, na década, seu maior predomínio, debatendo teses partidárias, travando polêmicas, que às vezes

extravasavam para o insulto, enfática e sugestiva, abrindo espaço mais amplo ao noticiário de fora de portas, dando cobertura às agitações de caráter revolucionário, aos movimentos sindicais e à luta contra o banditismo que infestava o sertão...".

44 — Jornal do Recife, 28 nov. 1926.

45 — O Ceará, Fortaleza, 17/8 mar. 1926.

46 — SÉRGIO Loreto e seu governo em Pernambuco. Rio de Janeiro, Typ. dos Anais, 1926.

47 — BARROZO, op. cit. nota 6.

48 — GUEIROS, op. cit. nota 4.

49 — As fronteiras, quer internacionais, quer interestaduais, sempre foram utilizadas por criminosos como precioso 'trunfo, em virtude dos embaraços que causam à atividade repressiva. Se no âmbito internacional as melindrosas questões jurídicas, quase sempre envolvidas por suscetibilidades ligadas à noção de soberania, só em época recente vêm sendo enfrentadas, com algum êxito, pelos tratados e convenções; na esfera menor, no caso brasileiro, em particular, as incompreensões e caprichos dos presidentes de província e, posteriormente, dos primeiros governadores de Estado, empenhados uns e outros na tarefa de levar às últimas consequências a arrogância de uma autonomia resultante de excessiva concentração de poder, tornaram igualmente delicadas as questões de fronteira. No Nordeste, uma verdadeira impermeabilidade interprovincial ou interestadual, que gerava o paradoxo de se oferecer combate de âmbito exclusivamente estadual a uma criminalidade regional de mobilidade vertiginosa, pode inscrever-se, sem dúvida, entre as causas de maior estímulo ao banditismo.

Os Encontros de 1912 e 1926, principalmente, e o de 1935, além de ensejarem a oportunidade de concerto de planos e estratégias, tinham por objetivo afastar questões de fronteira, e nisto faziam eco a preocupações que remontam aos primeiros anos do período imperial.

Com efeito, a 3 de fevereiro de 1835, José Martiniano de Alencar, Presidente da Província do Ceará, em ofício dirigido ao seu colega de Pernambuco, manifestava preocupação quanto ao problema, propondo fossem adotadas medidas comuns no sentido de virem as tropas a ter livre trânsito no território de fronteira. E como não obtivesse resposta, já a 11 de março tornava a dirigir-se ao Presidente Manoel de Carvalho Paes de Andrade reiterando suas razões, para concluir dizendo que já estava pondo em prática o projeto.

Vale a pena citar este trecho de seu ofício de 11 de março:

“Enfim, não posso deixar de levar novamente à consideração de V. Exa., como já o fiz naquele meu citado ofício de 3 de fevereiro, o quanto convém que haja ordens das Presidências destas Províncias cujos sertões se tocam, para que as autoridades dos lugares limítrofes se prestem mutuamente, e consintam que as tropas entrem de umas em outras Províncias, a fim de serem presos os assassinos, e malfeitores, que constantemente usam do estratagema de se mudarem de uns para outros lugares, logo que cometem seus horrorosos atentados. Eu tenho expedido neste sentido as mais terminantes ordens, e julgando indispensável esta medida, rogo a V. Exa. queira fazer o mesmo, e não levar a mal, que as Tropas desta Província em seguimento dos criminosos entrem no território dessa, pois eu fiado em que V. Exa. nisto concordará assim lhes tenho ordenado”.

(Documento do Arquivo do Governo de Pernambuco — Correspondência de 1835, Imprensa Oficial, 1937, pág. 157).

Em outro trecho deste mesmo ofício é expressamente citado o fato de ter Alencar obtido o apoio da própria Regência para o projeto que tão ardorosamente defendeu e executou.

50 — PRATA, op. cit. nota 14.

51 — LIMA, op. cit. nota 17.

52 — BARROZO, op. cit. nota 5.

53 — PEREIRA DA COSTA, op. cit. nota 35, p. 132, 149-50. Ainda sobre o Cabeleira: FERNANDES GAMA. *Memórias históricas da província de Pernambuco*. Recife, 1848: p. 360; ROMERO, Silvio. *Cantos populares do Brasil*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1954. p. 191; AMARAL, F. P. de. *Escavações*. Recife, Typ. do Jornal do Recife, 1884. p. 298.

54 — LIMEIRA TEJO. *Brejos e carrascais do Nordeste*. São Paulo, Cultura, s.d.

55 — BARROZO, op. cit. nota 5.

56 — RODRIGUES DE CARVALHO, op. cit. nota 40.

57 — HOBBSAWM, E. J. *Rebeldes primitivos; estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

58 — LIMEIRA, TEJO, op. cit. nota 54.

